

CCTCI

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022

Comissão de
Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Comissão de
**Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática**



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**



**COMISSÃO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

CCTCI

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2022**

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

56ª Legislatura (2019-2023) – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira (PP-AL)

1º Vice-Presidente

Lincoln Portela (PL-MG)

2º Vice-Presidente

André de Paula (PSD-PE)

1º Secretário

Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

2º Secretário

Odair Cunha (PT-MG)

3ª Secretária

Geovania de Sá (PSDB-SC)

4ª Secretária

Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º Suplente

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º Suplente

Alexandre Leite (UNIÃO-SP)

4º Suplente

Cássio Andrade (PSB-PA)

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Ruthier de Sousa Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO.....	12
PROPOSIÇÕES APRECIADAS.....	20
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS.....	40
OUTROS EVENTOS	68
CCTCI EM NÚMEROS	72
TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	76
EQUIPE TÉCNICA.....	164

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI

Presidente

Milton Coelho (PSB-PE)

1º Vice-Presidente

Gustavo Fruet (PDT-PR)

2º Vice-Presidente

Denis Bezerra (PSB-CE)

3ª Vice-Presidente

Angela Amin (PP-SC)

Diretora Legislativa

Luciana da Silva Teixeira

Diretor do Departamento de Comissões

João Batista Silva Aragão Junior

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes

Marcelo Brandão Lapa

Secretário-Executivo da Comissão

Eduardo Nunes dos Santos

Expediente:

Projeto gráfico: Coordenação de Conteúdo Institucional e Mídias Digitais / Direx e Coordenação de Serviços Gráficos / Deapa

Fotos da capa: divulgação / internet

Texto e edição: Agência Câmara Notícias e Equipe da comissão

Fotos: Arquivo fotográfico da Câmara dos Deputados e Equipe da comissão



APRESENTAÇÃO

O ano de 2022 foi um ano atípico. Enfrentar um cenário de eleições gerais é sempre um desafio para as comissões permanentes da Casa. Porém, mesmo com toda a efervescência da agenda eleitoral, mantivemos abertas as portas do colegiado. A comunicação hoje não para nunca! Na lista de propostas aprovadas, está um leque que engloba temas tão variados quanto internet até censo demográfico. Um exemplo é a proposta que bloqueia ligações de telemarketing, que tanto importunam os consumidores brasileiros, aprovada nesta comissão. Também aprovamos, no Plenário da Câmara, o projeto que cria a Política Nacional de Educação Digital, com foco na capacitação e com recursos oriundos inclusive do Fust e do Funttel, fundo de universalização e fundo de desenvolvimento tecnológico das telecomunicações, respectivamente.

Cumpramos lembrar que a CCTCI também aprovou projeto que cria o Sistema Brasileiro de Inventário Científico (SBIC), uma plataforma nacional, aberta à consulta pública e gratuita na internet, que vai centralizar os dados sobre a produção científica brasileira. Outro ponto de destaque foi a inclusão, no Censo Demográfico,

de informações sobre diabetes. O colegiado aprovou ainda a proposta que estimula conteúdo voltado para idoso nas plataformas digitais a cargo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Outro destaque da nossa agenda foi a aprovação, no Plenário da Casa, da criação da Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, para incentivar o reaproveitamento de equipamentos e bens de informática da administração pública para a inclusão digital.

Um dos temas que mais suscitou debates em nossa comissão, e que me causa especial apreço, é o da correção monetária dos valores das bolsas de estudo e dos auxílios destinados à pós-graduação e à pesquisa científica. É de penúria a situação da pesquisa no Brasil, e com a medida pretendemos devolver dignidade à inteligência que está nas universidades brasileiras.

Com a relatoria do vice-presidente Gustavo Fruet, aprovamos projeto que cria parâmetros para a inteligência artificial a serem utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, compatíveis com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança. Na área fiscal, aprovamos proposta que faz diversas alterações na Lei do Bem, para melhorar a forma como as empresas utilizam o benefício fiscal relativo aos gastos realizados em ciência e tecnologia.

No que diz respeito ao orçamento da União, aprovamos 800 milhões de reais para projetos em pesquisa científica, incluindo aeroespacial; 800 milhões de reais para capacitação de recursos humanos; e 1,6 bilhão de reais para fomento à pesquisa voltada a tecnologias digitais e processos produtivos.

A liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) também foi discutida em audiência na CCTCI. A Ceitec é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que atuava na área da informática, no segmento de semicondutores e circuitos integrados, e desempenhava papel no desenvolvimento da indústria de microeletrônica no País.

No campo da internet, em parceria com a Comissão de Legislação Participativa, nossa comissão discutiu o escândalo internacional de manipulações políticas pelo Facebook, denunciado pela ex-funcionária da empresa Frances Haugen.

Também realizamos seminário conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre "Impactos da desinformação e da violência política para a democracia" e "Violência contra jornalistas e garantias para o exercício da liberdade de imprensa no período eleitoral de 2022". Em outro encontro, discutimos o projeto que "dispõe sobre transparência, eficiência e neutralidade concorrencial para exposição de anúncios na internet".

Outro debate importante foi sobre o Projeto Santa Quitéria de mineração e beneficiamento de fosfato e urânio, no Ceará, por iniciativa de nosso segundo vice-presidente Denis Bezerra.

Sem fugir à polêmica na mídia, a comissão ouviu o ministro das Comunicações, Fábio Faria, sobre os planos da pasta para 2022, incluindo a contratação de uma rede de satélites de baixa órbita para conectar a Amazônia brasileira. Ainda no tema da conectividade digital, realizamos o debate sobre "Problemas e entraves logísticos das empresas para a implantação do 5G no Brasil".

Também foi objeto do colegiado um assunto que causa grande preocupação na sociedade brasileira: a pornografia envolvendo crianças e adolescentes na internet, os chamados “packs”.

Unidos à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, discutimos como combater o excesso de ligações dos bancos privados oferecendo empréstimos consignados a aposentados do INSS. Aprovamos ainda projeto de lei que pune a divulgação de crimes na internet, inclusive redes sociais. Conforme a proposta, se o autor do crime divulgar a cena, isso será considerado circunstância agravante, e o autor poderá ter a pena aumentada.

Ao ouvir o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Paulo Alvim, revelou-se que apenas 26% dos recursos da principal fonte de financiamento da pesquisa no Brasil foram efetivamente gastos pelo governo. O restante, o que não foi executado, foi usado para compor o cálculo do superávit primário, o que denota a baixa prioridade que é concedida ao setor de ciência e tecnologia no País.

E, para encerrar o ano de 2022, realizamos no mês de dezembro audiência pública conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Cultura; e de Turismo, para tratar do relevante tema do "Papel do Poder Legislativo na modernização das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico brasileiro". Como presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Cidades Históricas, acredito que preservar o patrimônio histórico nacional é a melhor forma de preservar e perpetuar a identidade única do povo brasileiro.

Em suma, foi um ano profícuo, em que, de maneira abrangente, discutimos regulação da internet, questões de telecomunicações e, sobretudo, a valorização da ciência, da inovação, da cultura, do ensino e da pesquisa como áreas essenciais para o futuro do País.

Assim, cumprimos nossa missão de envidar esforços para evitar que os humores de governos e a ausência de uma política estruturada de democratização do acesso ao conhecimento impeçam o Brasil de realizar o seu destino de ser uma grande Nação.



Milton Coelho
Deputado Federal
Presidente da CCTCI



Presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público

CABINE DE VOTAÇÃO



Presidentes da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa



COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

27 de abril e 4 de maio de 2022

Eleição do presidente e dos vice-presidentes

Em 27 de abril, o deputado Milton Coelho (PSB-PE) foi eleito por unanimidade, com 24 votos, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara. Ele substituiu o deputado Aliel Machado (PV-PR) no cargo. Na mesma reunião, o deputado Gustavo Fruet (PDT-PR) foi eleito 1º vice-presidente da comissão.

No dia 4 de maio, foram eleitos o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) para o cargo de 2º vice-presidente da CCTCI e a deputada Angela Amin (PP-SC) como 3ª vice-presidente.

Ao tomar posse, o novo presidente destacou que ciência, tecnologia, comunicação e inovação são temas centrais do Brasil. “Nenhum país que pense seriamente em seu futuro, seu desenvolvimento, soberania e bem-estar da população poderá relegar a segundo plano a temática dessa comissão, que por isso mesmo se revela como uma das mais importantes e centrais desta Casa”, disse Coelho.

Natural de Codó (MA), Milton Coelho é advogado formado pela UFPE e auditor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

Filiado ao PSB desde 2003, foi vice-prefeito do Recife (2009-2012), secretário de Governo durante a gestão de Eduardo Campos (2012-2014) em Pernambuco e secretário de Administração do estado no governo Paulo Câmara (2015-2018). Na gestão de Miguel Arraes no estado, foi diretor das secretarias de Governo e Fazenda e da Companhia Pernambucana de Saneamento (1995-1998). No governo Lula, foi secretário nacional de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia. Presidiu o PSB em Pernambuco por 17 anos e coordenou a campanha de Eduardo Campos à Presidência da República em 2014.

Em janeiro de 2021, assumiu seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. No mesmo ano, tornou-se vice-líder do PSB (2021-2022) e foi eleito 2º vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Ainda em 2021, passou a integrar a Frente Parlamentar em Defesa das Energias Renováveis e foi autor do requerimento de criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Cidades Históricas, para a qual foi eleito presidente.



MESA DIRETORA



Presidente:

Deputado MILTON COELHO
(PSB-PE)

1º Vice-Presidente:

Deputado GUSTAVO FRUET
(PDT-PR)



2º Vice-Presidente:

Deputado DENIS BEZERRA
(PSB-CE)

3ª Vice-Presidente:

Deputada ANGELA AMIN
(PP-SC)



MEMBROS TITULARES



ALIEL MACHADO
(PV-PR)



AMARO NETO
(REPUBLICANOS-ES)



ANGELA AMIN
(PP-SC)



BIBO NUNES
(PL-RS)



CAPITÃO FÁBIO ABREU
(PSD-PI)



CEZINHA DE MADUREIRA
(PSD-SP)



DAVID SOARES
(UNIÃO-SP)



DENIS BEZERRA
(PSB-CE)



GUSTAVO FRUET
(PDT-PR)



IGOR TIMO
(PODE-MG)



JEFFERSON CAMPOS
(PL-SP)



JOSÉ ROCHA
(UNIÃO-BA)



JULIO CESAR RIBEIRO
(REPUBLICANOS-DF)



LUISA CANZIANI
(PSD-PR)



LUIZA ERUNDINA
(PSOL-SP)



LUIZIANNE LINS
(PT-CE)



MÁRCIO JERRY
(PCdoB-MA)



MERLONG SOLANO
(PT-PI)



MILTON COELHO
(PSB-PE)



NILTO TATTO
(PT-SP)



PAULO PIMENTA
(PT-RS)



PERPÉTUA ALMEIDA
(PCdoB-AC)



ROBERTO ALVES
(REPUBLICANOS-SP)



SILAS CÂMARA
(REPUBLICANOS-AM)



VANDER LOUBET
(PT-MS)



VINICIUS POIT
(NOVO-SP)



VITOR LIPPI
(PSDB-SP)

MEMBROS SUPLENTE



AFONSO MOTTA
(PDT-RS)



ALCEU MOREIRA
(MDB-RS)



ANDRÉ FIGUEIREDO
(PDT-CE)



BETO FARO
(PT-PA)



BILAC PINTO
(UNIÃO-MG)



BIRA DO PINDARÉ
(PSB-MA)



CARLA DICKSON
(UNIÃO-RN)



CARLOS JORDY
(PL-RJ)



CLEBER VERDE
(REPUBLICANOS-MA)



CORONEL CHRISÓSTOMO
(PL-RO)



DOMINGOS NETO
(PSD-CE)



DR. ZACHARIAS CALIL
(UNIÃO-GO)



EDUARDO CURY
(PSDB-SP)



FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR
(PDT-BA)



GERVÁSIO MAIA
(PSB-PB)



HÉLIO LEITE
(UNIÃO-PA)



JANDIRA FEGHALI
(PCdoB-RJ)



LEO DE BRITO
(PT-AC)



LIZIANE BAYER
(REPUBLICANOS-RS)



LUIS MIRANDA
(REPUBLICANOS-DF)



NATÁLIA BONAVIDES
(PT-RN)



NEY LEPREVOST
(UNIÃO-PR)



NILSON PINTO
(PSDB-PA)



PAULA BELMONTE
(CIDADANIA-DF)



PAULO FOLETTO
(PSB-ES)



PAULO GANIME
(NOVO-RJ)



PEDRO VILELA
(PSDB-AL)



RODRIGO COELHO
(PODE-SC)



RUI FALCÃO
(PT-SP)



SANDRO ALEX
(PSD-PR)



VINICIUS CARVALHO
(REPUBLICANOS-SP)

(*) Composição atualizada em 22/12/2022

**PROPOSIÇÕES
APRECIADAS**

4 de maio de 2022

Suspensão de portaria da EBC que unifica programação da TV Brasil e da NBR

A CCTCI aprovou proposta que suspende a portaria da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), de abril de 2022, que unificou a programação da TV Brasil e da TV Nacional do Brasil (NBR). O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE), ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 110/19, do deputado Rui Falcão (PT-SP), e ao PDL 111/19, apensado. O substitutivo integra as duas propostas em um único texto consolidado.

A TV Brasil é uma emissora pública vinculada à EBC, uma estatal 100% pública. Já a NBR veicula informações apenas do governo federal e é ligada à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República. O relator concordou com os autores que a portaria da EBC fere o princípio constitucional da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal do serviço de radiodifusão. “Isso ocorre porque, ao promover a transmissão em um único canal da TV Brasil, de natureza pública, e da NBR, de natureza estatal, a EBC está a tentar algo inexecutável: explorar dois modelos distintos e inconfundíveis em um só canal”, afirmou Figueiredo.

“Ao se praticamente extinguir a TV Brasil, de orientação mais pública, por meio da sua incorporação pela TV NBR, a EBC vai na contramão não apenas das conquistas brasileiras das últimas



Deputado André Figueiredo

décadas, mas do que as melhores práticas sobre TV pública no mundo preconizam”, apontou. “O risco de termos, ao final desse processo, uma emissora pública chapa-branca, que utiliza verbas públicas para a autopromoção do governo, é bastante elevado”, complementou.

A Constituição concedeu ao Congresso Nacional o poder de sustar atos do Executivo, como decretos e portarias, quando entender que eles extrapolam o poder regulamentar do governo.

A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e depois seguirá para o Plenário da Câmara.

4 de maio de 2022

Dia Nacional do Físico



Deputada Perpétua Almeida

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3441/21, que institui o Dia Nacional do Físico em 19 de maio. A relatora, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), recomendou a aprovação.

“Em um cenário de desvalorização da ciência, a criação de datas comemorativas como esta se faz ainda mais necessária”, afirmou Perpétua Almeida. “O Brasil precisa conhecer e divulgar melhor os seus expoentes científicos”, continuou.

O autor da proposta, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), observou que o físico alemão Albert

Einstein (1879-1955) publicou, em 19 de maio de 1905, artigos nos quais discorreu sobre a Teoria da Relatividade – os fenômenos que ocorrem em deslocamentos de objetos que possuem velocidades próximas ou iguais à da luz.

“O Dia Nacional do Físico prestará justa homenagem àqueles que dedicaram e dedicam suas vidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento de tecnologias, concebendo intervenções que contribuem para o avanço do conhecimento e para a modernização do aparato tecnológico”, afirmou o parlamentar.

Ao apresentar a proposta, Daniel Almeida citou vários pioneiros da Física no País – como Gleb Wataghin, Cesar Lattes, Marcelo Damy, Mario Schenberg, José Leite Lopes, Jayme Tiomno, Sonja Ausher, Elisa Frota-Pessoa e Joaquim da Costa Ribeiro –, destacando as principais descobertas de cada um.

O projeto foi aprovado também pelo Plenário da Casa e seguiu para análise do Senado Federal.

11 de maio de 2022

Punição para divulgação de crimes na internet

A CCTCI aprovou projeto de lei que pune a divulgação de crimes na internet, inclusive redes sociais. Conforme a proposta, se o autor do crime divulgar a cena, isso será considerado circunstância agravante, e o autor poderá ter a pena aumentada. Se outra pessoa divulgar, poderá ser punida por incitar a violência ou fazer apologia ao crime.

O texto aprovado foi o substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Projeto de Lei 1307/19, do deputado José Medeiros (Pode-MT). Esse substitutivo recebeu parecer favorável da relatora, deputada Angela Amin (PP-SC), com subemenda. Segundo o texto aprovado, quem oferecer, transmitir, vender, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive nas redes sociais, fotografia, vídeo ou outro registro de prática de crime violento ou hediondo ou conteúdo que induza à sua prática poderá responder por incitação ao crime, com pena de três a seis meses de detenção e multa. No caso de apologia ao crime, que também tem pena de até seis meses de detenção ou multa, a pena será aplicada em dobro se for feita por meio de sistemas de internet ou redes sociais.

A relatora alterou o trecho do substitutivo que previa reparação de danos pelas empresas responsáveis pela divulgação do conteúdo.

A subemenda deixa claro que o provedor de aplicações de internet apenas será responsabilizado subsidiariamente pela divulgação de cena de prática

de crime violento ou hediondo ou que faça apologia ou incitação ao crime se, após o recebimento de notificação, deixar de tornar indisponível o conteúdo publicado por terceiros. Os critérios para definição do conteúdo infringente serão estabelecidos em regulamento. “O mecanismo proposto pela Comissão de Segurança induzia os provedores de aplicações a manterem vigilância sobre o que era postado por seus usuários”, afirmou Angela Amin. “O mecanismo ora sugerido propõe a atuação desses agentes (provedores de aplicações) após notificação, o que, além de evitar uma vigilância que implique violação da privacidade do usuário, dá confiança ao provedor de que a retirada de conteúdo se dará com segurança jurídica”, completou.

A proposta tramitará pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário da Casa.



Deputada Angela Amin

11 de maio de 2022

Segurança das redes 5G



Deputada Perpétua Almeida

A CCTCI aprovou projeto que suspende norma do governo que definiu os requisitos mínimos de segurança cibernética a serem adotados pelas companhias telefônicas na implementação da rede 5G.

A suspensão está prevista no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 447/20, do deputado André Figueiredo (PDT-CE). A relatora na comissão, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), recomendou a aprovação da matéria.

A Instrução Normativa nº 4 foi publicada em março de 2020 no Diário Oficial da União. O texto é assinado pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno.

Em defesa da suspensão da norma, Perpétua Almeida argumentou que o GSI só tem poderes para regulamentar a segurança cibernética no âmbito da administração pública, não podendo estabelecer regras para o setor privado.

“Ao determinar requisitos técnicos de redes 5G de operação comercial, o GSI adentrou a competência da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), algo que cria insegurança jurídica”, afirmou a relatora. “Esse ambiente de insegurança regulatória tende a afetar as empresas prestadoras de telecomunicações e a reduzir a competição entre os fornecedores de equipamentos, levando a elevação de custos que serão repassados ao consumidor final de telecomunicações”.

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário.

18 de maio de 2022

Propriedade intelectual de jogos digitais



Deputada Luiza Erundina

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 1992/20, que fixa regra específica para proteção da propriedade intelectual de séries de jogos digitais. Conforme a proposta, no caso de lançamento de novo jogo digital que seja parte de uma mesma série de jogos, o prazo de proteção cairia pela metade.

A relatora, deputada Luiza Erundina (Psol-SP), recomendou a rejeição, apesar de reconhecer que a proposta aponta um problema de acesso ao mercado e de oportunidades de negócios que penaliza pequenos desenvolvedores de jogos.

“A pretensão do projeto é inversa ao que a lógica da propriedade intelectual preconiza”, disse Luiza Erundina. “Se os autores se esforçam por estender, inovar ou avançar numa obra, isso deve ser objeto de aplauso, nunca de punição”.

Segundo ela, a aprovação da proposta prejudicaria o esforço e o trabalho de equipes de

profissionais que se empenham, no Brasil e no exterior, para oferecer oportunidades de lazer e aprendizagem na forma de jogos digitais.

Atualmente, os jogos digitais se enquadram em norma brasileira sobre a propriedade intelectual de programas de computador em geral (Lei 9.609/98), que confere aos produtores dos softwares uma proteção por 50 anos.

Para o autor do projeto, deputado Pedro Uczai (PT-SC), esse prazo é “uma eternidade, quando se considera a dinâmica desse mercado”. Ele defendeu o estímulo a desenvolvedores nacionais para produção de jogos correlatos a uma série consagrada. “Quando lançada nova versão de uma série, a anterior entraria em domínio público em tempo acelerado, e com isso um novo desenvolvedor poderia entrar no mercado dominado pelas gigantes internacionais”, disse Uczai.

Luiza Erundina ponderou, por outro lado, que vários elementos de um jogo digital são sujeitos, em países como Estados Unidos e China, a regras típicas de produtos industriais. “Assim, a redução da proteção no Brasil não assegurará o acesso de um programa derivado de best-seller ao mercado exterior”, afirmou.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

18 de maio de 2022

Destinação de recursos de condenações por corrupção para o Fundo de Direitos Difusos

A CCTCI aprovou projeto de lei que destina recursos oriundos de apreensões e condenações por crimes de corrupção para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD). A proposta estabelece ainda que deverá ser assegurada transparência, na forma de dados abertos, às informações sobre a arrecadação e a aplicação dos recursos do fundo.

O Projeto de Lei 3486/21 foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator no colegiado, deputado Merlong Solano (PT-PI). “Houve necessidade de ajustes pontuais ao seu conteúdo, com o intuito de aperfeiçoá-lo”, explicou o relator.

O texto insere dispositivos na Lei da Ação Civil Pública e na Lei 9.008/95, que criou o Conselho Federal Gestor do FDD. Esse fundo recebe recursos de certas condenações judiciais e multas, destinando o dinheiro a diversas finalidades, como reparação a danos ao meio ambiente e a bens históricos.

“A ampla divulgação das ações governamentais de transparência contribui para o fortalecimento da democracia, pois desenvolve noções de cidadania e

incentiva o controle social”, disse o autor da proposta, deputado Vinicius Gurgel (PL-AP).

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Merlong Solano

8 de junho de 2022

Acordo de reconhecimento de certificados de assinatura digital do Mercosul



Deputada Perpétua Almeida

A CCTCI aprovou projeto de decreto legislativo (PDL) sobre o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

O PDL 929/21, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, tem por finalidade o reconhecimento mútuo de certificados de assinatura digital emitidos por prestadores de serviços de certificação credenciados em cada país do bloco. Dessa forma, confere-se à assinatura

digital o mesmo valor jurídico e probatório das assinaturas manuscritas.

A relatora do projeto na comissão, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), defendeu que o acordo representa um avanço importante para o desenvolvimento do País e para a consolidação de uma sociedade da informação mais inclusiva.

“O contexto atual é de crescente uso de assinaturas digitais em contratos, transações financeiras, documentos fiscais, entre outros”, observou a deputada. Para ela, “ante uma realidade de progressivo intercâmbio financeiro, comercial e contratual de cidadãos de cada um dos estados do Mercosul, o estabelecimento de um marco regulatório que reconheça a validade jurídica das assinaturas digitais emitidas por autoridades certificadoras de cada país é um passo fundamental para promover a integração das economias, aumento de produtividade, ganhos de eficiência e desenvolvimento dos negócios”.

A proposta, sujeita à apreciação do Plenário, ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

29 de junho de 2022

Acordo para eliminação da cobrança de roaming entre países do Mercosul



Deputado Gustavo Fruet

A CCTCI aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 159/22, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que tem por objetivo garantir que os assinantes dos serviços de comunicação móvel do Mercosul em deslocamento na região sejam cobrados de acordo com o plano contratado no seu país de origem, sem encargos adicionais.

O projeto aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos estados partes do bloco em 2019.

O relator, deputado Gustavo Fruet (PDT-PR), apresentou parecer pela aprovação do projeto. Ele destacou os altos custos das taxas adicionais

cobradas pelas operadoras para o acesso aos serviços de telefonia móvel fora da área de cobertura, o que faz com que muitos assinantes optem por recorrer a planos oferecidos pelas próprias operadoras do país visitado.

Gustavo Fruet observou que essa é uma situação que afeta especialmente os usuários que residem em zonas de fronteira. “Para evitar a cobrança dos serviços de roaming, esses consumidores são obrigados a manter mais de um número telefônico, além de arcar com os custos da contratação de planos em duplicidade, de modo a garantir a comunicação tanto em seu país de origem, quanto no país visitado”, assinalou.

Para Fruet, além de estar em consonância com o princípio constitucional da integração econômica e social dos povos da América Latina, o acordo contribuirá para estimular o acesso aos serviços de telefonia móvel, fortalecer a agenda da conectividade digital e promover a interoperabilidade das redes de telecomunicações no âmbito do Mercosul.

A proposta, sujeita à apreciação do Plenário, ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

6 de julho de 2022

Obrigatoriedade de coleta de dados sobre TDAH e dislexia em censos populacionais

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 4459/21, que torna obrigatória a coleta de dados e informações sobre Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e dislexia nos censos populacionais.

A proposta é da deputada Rejane Dias (PT-PI) e recebeu parecer favorável do relator, deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO). Ele apresentou um substitutivo ao projeto, que tramita com outros dois apensados (PLs 900/22 e 961/22).

O substitutivo estabelece prazo de 360 dias para a lei entrar em vigor. Na prática, transfere a coleta das informações sobre os transtornos para o próximo censo demográfico. O projeto previa a medida já a partir do censo de 2022.

“Uma alteração dessa natureza, a cerca de dois meses do início da coleta das informações, inviabilizará a realização do Censo Demográfico ainda em 2022, o que representaria um enorme prejuízo para todas as políticas públicas que dependem dessas informações”, explicou Calil.

O relator elogiou a proposta da deputada Rejane Dias. Segundo ele, a falta de dados "tem impacto significativo na formulação, e também na eficácia e



Deputado Dr. Zacharias Calil

na eficiência, das políticas públicas voltadas às pessoas acometidas por tais tipos de enfermidades”.

O projeto altera a Lei 7.853/89, que dispõe sobre o apoio e a integração social das pessoas com deficiência. A lei já prevê a inclusão nos censos populacionais de informações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

9 de novembro de 2022

Bloqueio de ligações de telemarketing

A CCTCI aprovou proposta que assegura, ao usuário de serviços de telecomunicações, o direito de não receber chamadas e mensagens de telemarketing. Pelo texto, ele deverá inscrever-se em cadastro nacional telefônico de proibição de oferta.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (Republicanos-DF), ao Projeto de Lei 8195/17, de autoria do ex-deputado Heuler Cruvinel (PP-GO).

O projeto original criava o Cadastro Nacional para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing e de Mensagens Instantâneas, atribuindo ao Procon a competência para implantar, gerenciar e divulgar aos interessados o cadastro. Esse trecho foi modificado pela Comissão de Defesa do Consumidor, que atribuiu às operadoras telefônicas a responsabilidade pela gestão do sistema.

No entanto, na avaliação de Luis Miranda, essa mudança cria um encargo desproporcional ao setor de telecomunicações. “Nesse sentido, uma saída seria a criação de um cadastro operado pelo Estado,

em especial pela União, de modo que o cidadão possa se cadastrar em uma plataforma centralizada”, defendeu.

Pelo texto de Miranda, o anunciante não poderá contatar o consumidor cujo número esteja inscrito no cadastro há mais de 30 dias, diretamente ou por meio de terceiros. A inscrição no cadastro tem validade de um ano e pode ser renovada sucessivas vezes, conforme a intenção do consumidor.

A proposta será analisada ainda, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Luis Miranda

9 de novembro de 2022

Mudanças em benefícios fiscais para empresas que investem em ciência e tecnologia



Deputado Vitor Lippi

A CCTCI aprovou proposta que altera a Lei do Bem (Lei 11.196/05), para permitir que o excedente do percentual dos gastos com pesquisa tecnológica excluído do lucro líquido das empresas possa ser aproveitado em exercícios subsequentes. A Lei do Bem prevê incentivos fiscais para as empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

O texto aprovado na comissão foi um substitutivo apresentado pelo relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), ao Projeto de Lei 4944/20, de autoria da deputada Luisa Canziani (PSD-PR). No substitutivo, Lippi fez diversos ajustes no projeto original, que propõe mudanças em dois eixos principais: além da permissão para que as empresas

utilizem o benefício fiscal em exercícios subsequentes, e não apenas no ano seguinte, o projeto amplia as possibilidades de investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) que podem ser abatidas dos impostos a pagar.

Hoje, a Lei 11.196/05 veda expressamente o aproveitamento de eventual excesso dos gastos em PD&I em período de apuração posterior. “Isso significa que, nos anos em que a empresa tem prejuízo, ela deixa de fazer jus ao benefício fiscal, uma vez que ele incide sobre os impostos a pagar sobre o lucro obtido – se a empresa teve prejuízo, não há imposto a pagar”, observou Lippi. Ele esclareceu que o substitutivo segue a proposta do PL, com ajustes como a determinação de que os eventuais excessos só possam ser deduzidos a partir do ano-calendário de 2024, de modo a permitir a previsão na lei orçamentária daquele ano.

Entre as alterações propostas pelo relator, também estão, por exemplo, a inclusão da possibilidade de que os investimentos em startups sejam considerados no benefício previsto na lei e a transformação do benefício fiscal em isenção direta sobre o imposto a pagar, ao invés de abater da base de cálculo, como é feito atualmente.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

9 de novembro de 2022

Substituição de postes e fios por redes subterrâneas



Deputado Luis Miranda

A CCTCI aprovou proposta que obriga, em alguns casos, a substituição da rede aérea de serviços públicos cabeados (postes, fios e cabos) por uma rede subterrânea. Quando exigível, a substituição deverá ser realizada no prazo de dez anos, para as capitais, e de 15 anos, para os demais municípios.

Segundo o texto, prestadores dos serviços de distribuição de energia elétrica, de telefonia, de TV a cabo, de internet ou outras empresas que utilizem a rede aérea deverão fazer a substituição sempre que a zona urbana do município atendido apresentar uma das seguintes características: interesse para o tráfego de veículos ou de pedestres, alta densidade populacional, interesse ambiental ou valor histórico, arquitetônico ou artístico.

A proposta estabelece que um regulamento do município definirá quais áreas possuem essas características. Novos projetos, aprovados a partir

da promulgação da nova lei, já deverão prever a instalação subterrânea da infraestrutura de cabeamento.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (Republicanos-DF), ao Projeto de Lei 88/21, do deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), e ao apensado, PL 3998/21, do deputado Kim Kataguirí (União-SP).

Miranda ponderou que obrigar a substituição generalizada da rede aérea por subterrânea, como prevê o PL 88/21, exigiria “investimentos bilionários”, em um prazo de tempo curto. Para ele, essa não seria a melhor forma de lidar com o problema. “O mais correto seria o estabelecimento de zonas urbanas prioritárias, compostas, por exemplo, por áreas mais densamente povoadas”, defendeu, ao explicar por que optou por um substitutivo ao projeto.

O texto apresentado pelo relator aproveita ainda dispositivos do PL apensado que privilegiam a formação de consórcios públicos para execução de projetos de remoção de redes e linhas de distribuição de energia elétrica aéreas e implantação de sistemas subterrâneos.

A proposta será analisada ainda, em caráter conclusivo, pelas comissões de Minas e Energia; de Desenvolvimento Urbano; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

23 de novembro de 2022

Obrigatoriedade de sistemas de IA do governo seguirem boas práticas ambientais e sociais

A CCTCI aprovou projeto que estabelece que os sistemas de inteligência artificial utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta deverão ser compatíveis com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança, na forma da regulamentação.

De autoria do deputado Helio Lopes (PL-RJ), o Projeto de Lei 705/22 define que os sistemas de inteligência artificial deverão atender aos seguintes objetivos:

- promoção do desenvolvimento econômico sustentável e proteção e preservação do meio ambiente;
- respeito à pluralidade e à diversidade, observância do princípio da não discriminação e respeito à dignidade humana e aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos; e
- garantia do uso de mecanismos de governança baseados na transparência, na ética e no colaboracionismo.

O parecer do relator, deputado Gustavo Fruet (PDT-PR), foi favorável à proposta. “Nós temos que ter o desafio de estimular a implantação da inteligência artificial no País, mas tendo clareza com relação a limites, ao seu uso ético e responsável”, avaliou.

O PL 705/22, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Gustavo Fruet

30 de novembro de 2022

Conteúdo voltado ao público idoso na EBC

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3586/20, que assegura a oferta de conteúdo informativo e de lazer voltado ao idoso na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A empresa pública é responsável pela TV Brasil, pela Agência Brasil e pela Rádio Nacional, entre outros veículos.

Pela proposta, do deputado Expedito Netto (PSD-RO), será dada preferência a conteúdo interativo, mediante cadastramento voluntário do idoso nas plataformas digitais a cargo da EBC. O texto inclui a medida entre os objetivos da EBC, fixados na Lei 11.652/08.

O parecer do relator, deputado Merlong Solano (PT-PI), foi favorável à proposta. "A oferta de conteúdo específico para essa parcela da população, privilegiando recursos de interatividade, será uma oportunidade de informar, oferecer formas de lazer, promover a inserção social e prestar serviços de interesse público ao idoso", avaliou.

"O prévio cadastramento do idoso interessado, previsto na proposta, é disposição oportuna, pois permitirá um acompanhamento personalizado do público atendido", complementou.



Deputado Merlong Solano

Já aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

30 de novembro de 2022

Reajuste periódico das bolsas de pós-graduação e pesquisa

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 4144/21, que determina a correção monetária dos valores das bolsas de estudo e dos auxílios destinados à pós-graduação e à pesquisa científica no máximo a cada dois anos e de acordo com o índice oficial de inflação (IPCA).

De autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), o texto insere o reajuste nas leis 4.533/64 e 8.405/92, que tratam, respectivamente, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O parecer do relator, deputado Merlong Solano (PT-PI), foi favorável à proposta. Ele destacou que, desde 2013, as bolsas de pesquisas oriundas de fundações federais não eram reajustadas e que o número de bolsas também vinha sofrendo uma redução drástica – “17,5% apenas na gestão presidencial atual”.

Para o relator, a proposta é justa e razoável, “uma vez que as bolsas encontram-se em extrema



Deputado Merlong Solano

defasagem de valores face à inflação que se alastra no Brasil e em todo o mundo”. Solano destacou “a importância do estímulo à pesquisa científica para a inovação e para o estabelecimento das bases de um crescimento sólido”.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

14 de dezembro de 2022

Aplicação de recursos do Fistel no financiamento da previdência social

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 9979/18, que estabelece a aplicação de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) no financiamento da previdência social. A proposta, de autoria do deputado Ricardo Izar (Republicanos-SP), altera a Lei 5.070/66, que cria o Fistel.

Ao apresentar parecer pela rejeição do projeto, o relator da matéria, deputado Roberto Alves (Republicanos-SP), defendeu que não há necessidade de uma destinação formal de recursos do Fistel para gastos de previdência social, em razão de não existir impedimento legal para que, caso seja necessário, haja aplicação de parcela significativa dos recursos do fundo no financiamento da previdência. Ele assinalou que a possibilidade de transferência de recursos do Fistel para o Tesouro Nacional é prevista de maneira expressa na Lei 5.070/66. “Entendemos que os objetivos da proposição legislativa em apreço já são plenamente exequíveis com a atual legislação”, ponderou.

O deputado alertou, no entanto, que a retirada de recursos do Fistel acaba descaracterizando a função primordial do fundo – que consiste em “prover recursos para cobrir despesas feitas pelo

Governo Federal na execução da fiscalização de serviços de telecomunicações, desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução” – e enfraquecendo a missão institucional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), responsável por essa fiscalização. Ele lembrou que a autonomia financeira das agências reguladoras de infraestrutura, incluindo a Anatel, é fundamental para a prestação de um serviço de qualidade e para o funcionamento eficiente da máquina pública.

A proposta recebeu parecer pela rejeição também na Comissão de Seguridade Social e Família e será arquivada, salvo recurso.



Deputado Roberto Alves

14 de dezembro de 2022

Banco de dados nacional de produção científica



Deputado Roberto Alves

A CCTCI aprovou projeto de lei do deputado Mário Heringer (PDT-MG) que cria o Sistema Brasileiro de Inventário Científico (SBIC), uma plataforma nacional, aberta à consulta pública e gratuita na internet, que vai centralizar os dados sobre a produção científica brasileira.

O SBIC será formado por dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Por meio de convênio, também poderão participar instituições públicas e privadas de ensino superior, agências de fomento e centros de pesquisa autônomos.

O Projeto de Lei 2690/19 foi aprovado com parecer favorável do relator, deputado Roberto Alves (Republicanos-SP). Ele apresentou um substitutivo que faz uma única alteração no texto original, para determinar que os dados que

compõem o SBIC sejam atualizados com periodicidade não superior a dois anos.

Alves afirmou que a criação da plataforma vai suprir uma lacuna. Hoje, observou o deputado, a falta de um banco de dados nacional de pesquisas gera dispersão de conteúdos. “Tal situação torna opacos e de difícil localização e utilização trabalhos e dados de pesquisa que são relevantes para o desenvolvimento e a economia nacionais”, disse. “A proposta vem em boa hora para fazer com que as pesquisas estejam disponíveis a um clique, em uma plataforma que promova e unifique os dados e que, ao mesmo tempo, seja pública, acessível e gratuita”, completou.

Pelo projeto aprovado, as informações divulgadas no SBIC deverão ser detalhadas, identificando os centros de pesquisa, os pesquisadores e colaboradores envolvidos, as pesquisas em andamento, os gastos e os resultados alcançados. O custo de implantação do sistema correrá por conta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O texto estabelece ainda que o termo de adesão das universidades privadas ao Programa Universidade para Todos (ProUni) deverá ter cláusula de compromisso de transferência de dados da produção científica para o SBIC.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

14 de dezembro de 2022

Informações sobre diabetes no censo demográfico



Deputada Carla Dickson

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 2501/22, que determina a inclusão, no censo demográfico, de informações para subsidiar políticas públicas voltadas às pessoas com diabetes. O texto acrescenta artigo à Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética (Lei 13.895/19). A proposta, dos deputados Dr. Zacharias Calil (União-GO) e Flávia Moraes (PDT-GO), foi aprovada por recomendação da relatora, deputada Carla Dickson (União-RN).

A relatora citou dados do Atlas do Diabetes da Federação Internacional de Diabetes para lembrar que o Brasil é hoje o quinto país em incidência da enfermidade no mundo, com 16,8 milhões de casos na faixa de idade entre 20 e 79 anos. Para 2030, estima-se que a doença alcance 21,5 milhões de

adultos, em razão de fatores como a urbanização da população e o crescente consumo de calorias e de alimentos processados. “Por se tratar de doença com potencial de afetar órgãos dos aparelhos circulatório, nervoso, renal e sensorial, a elevação dos casos de diabetes tem impacto econômico sobre os sistemas públicos de saúde e previdência. Por esse motivo, faz-se imprescindível a formulação de estratégias que contribuam para a prevenção e o tratamento da doença”, afirmou Carla Dickson.

A deputada acrescentou que o sucesso da estratégia depende do conhecimento do perfil detalhado das pessoas com diabetes e das tendências da ocorrência de novos casos, entre outros dados. “O acesso a informações precisas é essencial para que as ações possam alcançar maior eficiência, ao permitir a implementação de medidas direcionadas a segmentos específicos, com base em dados estratificados por região geográfica, renda, faixa etária e escolaridade, por exemplo”, assinalou. Carla Dickson disse ainda que o custo da iniciativa será pouco significativo na comparação com os ganhos econômicos para os sistemas públicos de saúde e previdência.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



**AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS E
SEMINÁRIOS**

25 de maio de 2022

Planejamento do MCTI para o ano de 2022



Presidente Milton Coelho e ministro Paulo Alvim

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Paulo Alvim, participou de audiência pública da CCTCI, no dia 25 de maio, com o objetivo de apresentar o planejamento da pasta para o ano de 2022. Na ocasião, o ministro defendeu a ampliação do orçamento destinado ao setor e a correção do valor de bolsas de pesquisa. A audiência foi proposta pelo presidente da comissão, deputado Milton Coelho (PSB-PE).

“Ao olhar recursos orçamentários do ministério, a gente vem tendo uma queda. Não quero abdicar de defender que precisamos de mais recursos na área de ciência e tecnologia. Temos conseguido executar com plenitude todo recurso que é disponibilizado. No ano passado, 99% do que foi alocado foi integralmente investido”, disse Alvim. O ministro observou que, mesmo com a queda no orçamento, a pasta conseguiu manter a integridade dos recursos para pesquisadores e não cortou bolsas.

Restariam, no entanto, os desafios de corrigir os valores e de aumentar o número de bolsas concedidas.

“Isso é algo que precisamos construir juntos, não depende só do Ministério da Ciência e Tecnologia; depende de outros ministérios, depende desta Casa no Projeto de Lei Orçamentária Anual”, afirmou. O ministro acrescentou que os cientistas brasileiros estão envelhecendo e pediu apoio dos parlamentares na defesa do lançamento de concursos públicos para as instituições de pesquisa - incluindo universidades e institutos de ciência e tecnologia.

Paulo Alvim também lamentou contingenciamentos nos recursos para a área feitos em anos anteriores e elogiou a aprovação pelo Congresso Nacional de lei que proíbe que recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) sejam bloqueados no Orçamento da União (Lei Complementar 177/21).

Deputados da oposição ressaltaram que era o próprio governo integrado por Paulo Alvim que não fazia os investimentos em ciência e tecnologia. Merlong Solano (PT-PI) criticou os cortes orçamentários sistemáticos feitos pelo governo Bolsonaro na área e afirmou que, na prática, não havia estímulos concretos para os pontos defendidos pelo ministro. Já o deputado Nilto Tatto (PT-SP) disse que a política para o setor deveria ser do Estado e que o Parlamento vinha fazendo sua parte. Ele

lembrou, por exemplo, que o presidente Jair Bolsonaro vetou pontos da lei que proibiu o contingenciamento dos recursos do FNDCT e que o Congresso derrubou o veto.

O deputado Milton Coelho citou uma série de retrocessos no setor. Ele destacou que o País tinha voltado a apresentar crescimento nos índices de analfabetismo e que cada vez mais cientistas brasileiros estavam indo para outros países. “Na era digital, temos aproximadamente 40 milhões de brasileiros sem acesso à internet. Vejam como estamos em uma perigosa linha de regressão e paralisação”, avaliou.

Milton Coelho citou, ainda, levantamento da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), mostrando que 78% das fábricas do Brasil haviam apresentado, no mês anterior, problemas para se abastecer de semicondutores. Ele criticou a transferência da política do setor de semicondutores do Ministério da Ciência e Tecnologia para o Ministério da Economia e a decisão do governo de encerrar as atividades do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa que desenvolvia semicondutores de silício – os chamados chips. A liquidação do Ceitec, iniciada em 2020, foi paralisada em setembro de 2021 por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU).

Paulo Alvim disse que a capacidade produtiva seria preservada com a liquidação da Ceitec, e que a

organização social que assumiria a empresa daria continuidade à política pública para os semicondutores. Ele reconheceu como estratégica a indústria de semicondutores e como erro a desmobilização dela. “Sem entrar em análise de mérito, pois aí eu me posicionaria mais como engenheiro do que como ministro, o mundo fez algumas escolhas de processo que não foram erros cometidos apenas por este País. Vários países cometeram e desmobilizaram suas indústrias de semicondutores”, avaliou. “Nós ainda temos um universo de 14 indústrias que atuam em um nicho e que precisam ser fortalecidas, valorizadas e ter uma estratégia de atração de novos players. O Ministério da Ciência e Tecnologia, junto com o Ministério da Economia, já vem trabalhando nisso há bastante tempo”, completou. Paulo Alvim informou que estava sendo construída e seria enviada à Casa proposta de política para a indústria de semicondutores.

Além de mais recursos públicos, o ministro defendeu mais recursos privados na área de ciência e tecnologia. Ele disse que 80% da pesquisa em ciência e tecnologia no País ocorrem nas universidades e defendeu modelos híbridos que permitam trazer recursos privados para essas instituições, ressaltando que isso é diferente de privatização.

Alvim elogiou, ainda, a aprovação pelo Congresso do marco legal das startups e informou que o governo estava com chamada pública aberta

para startups no valor de R\$ 80 milhões. Relator do marco legal na Câmara, o deputado Vinicius Poit (Novo-SP) elogiou a atuação técnica do ministro e questionou como garantir a implantação de startups em todo o território. O ministro afirmou que isso já estava acontecendo e que o número de startups vinha aumentando.

O deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) defendeu a atuação do governo na área de ciência e tecnologia, em especial em relação à implantação de internet na região amazônica. Já os deputados Angela Amin (PP-SC) e Bira do Pindaré (PSB-MA) questionaram o ministro em relação ao respeito às comunidades quilombolas ameaçadas de expulsão com a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. O ministro assegurou o respeito do governo a essas comunidades e afirmou que não seriam expulsas. Ele disse que elas estavam sendo ouvidas e que as demandas trazidas pelas lideranças vinham sendo atendidas.



26 de maio de 2022

Excesso de telefonemas de bancos privados para oferecer empréstimos a aposentados



Deputado Roberto Alves

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) realizaram audiência pública conjunta, no dia 26 de maio, sobre o excesso de ligações de bancos privados para oferecer empréstimos consignados a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a forma como conseguem as informações relacionadas a esses idosos, infringindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Na CCTCI, o debate foi proposto pelo deputado Roberto Alves (Republicanos-SP), em requerimento subscrito pelos deputados Amaro Neto (Republicanos-ES), Leonardo Gadelha (PSC-PB) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC). Também na CIDOSO, foram atendidos requerimentos do deputado Roberto Alves, subscritos pelos deputados Merlong Solano (PT-PI), Tereza Nelma (PSD-AL), Delegado Antônio Furtado (União-RJ), Miguel Lombardi (PL-SP), Dulce Miranda (MDB-TO), Geovania de Sá (PSDB-SC) e Vilson da Fetaemg (PSB-MG); assim como do deputado Denis Bezerra (PSB-CE), subscrito pelos deputados Delegado Antônio Furtado e Leandre (PSD-PR).

Ao propor a realização da audiência, Roberto Alves chamou a atenção para o fato de que, quase dois anos após a aprovação da LGPD e três anos depois da instalação do “Não Perturbe” da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o número excessivo de telefonemas continuava, principalmente para o público mais idoso. “São inúmeras as reclamações dos nossos idosos sobre o excesso de ligações de bancos comerciais oferecendo empréstimos consignados”, assinalou. “Os consultores chegam a ser agressivos, passando informações enganosas e ludibriando os aposentados que não possuem o devido conhecimento e não sabem como eles conseguiram ter acesso a seus dados de aposentadoria”, completou. O deputado alertou, ainda, para os falsos consultores bancários, que aplicam golpes em idosos e falsificam autorizações e assinaturas.

Participaram do debate a superintendente de Relações com Consumidores da Anatel, Cristiana Camarate; a coordenadora da área de Regulatório e da Comissão de Relações de Consumo em Telecomunicações da Conexis Brasil Digital, Daphne Nunes; o chefe de Subunidade do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central, Sergio José de Mesquita Gomes; o diretor de Sustentabilidade,

Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e representante da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Amaury Oliva; a coordenadora-geral de Pagamento de Benefícios da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, Ingrid Ambrosio, e o chefe da Divisão de Consignações em Benefícios da mesma Diretoria, Jucimar Fonseca; o coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Anderson Portugal; o secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Antonio Costa; o ativista digital e advogado especialista em direito tributário Sandro Lúcio Gonçalves; o ativista digital na área de empréstimos consignados Felipe Brito; o ativista digital em questões relacionadas aos aposentados Milton Dantunes; o proprietário da João Financeira, João Adolfo de Souza; o diretor de Relacionamento e Negócio da Dataprev, Alan Santos; e a coordenadora do Programa de Serviços Financeiros do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Ione Amorim.

26 de maio de 2022

MP 1112/22: ameaça à destinação de recursos para pesquisa e inovação

A CCTCI realizou audiência pública, no dia 26 de maio, para discutir o redirecionamento de recursos da produção de óleo e gás destinados, por lei, a projetos de pesquisa e desenvolvimento, para atividades de desmonte ou destruição como sucata de veículos pesados em fim de vida útil. A mudança na destinação desses recursos foi autorizada pela Medida Provisória 1112/22, então em tramitação no Congresso Nacional. O debate atendeu a requerimentos do presidente da comissão, deputado Milton Coelho (PSB-PE), um deles subscrito pelo deputado Merlong Solano (PT-PI).

“A medida autoriza que valores antes destinados integralmente para pesquisa, desenvolvimento e inovação sejam utilizados no desmonte e sucateamento de veículos pesados com mais de 30 anos, como caminhões”, alertou Milton Coelho ao justificar o pedido de realização da audiência. Ele classificou essa autorização como uma “ameaça ao sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação”. O deputado lembrou que, de acordo com a Lei 9.478/97, “esvaziada” pela MP, as

empresas petrolíferas deveriam destinar de 0,5 a 1% da receita bruta da produção de óleo e gás a projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), como contrapartida ao Estado pela cessão para exploração de bacias petrolíferas.

Para Milton Coelho, a atividade de desmonte ou de destruição como sucata dos veículos pesados em fim de vida útil é inconsistente com o objetivo central da política de Estado para o setor, estabelecida pela própria lei. O deputado lembrou que os recursos da produção de óleo e gás já haviam permitido a criação de 150 laboratórios distribuídos pelo País, além de terem possibilitado a assinatura de convênios e contratos com mais de 200 universidades e institutos de pesquisas. “Os recursos propiciaram o desenvolvimento de tecnologias para obtenção de hidrogênio verde, energia eólica em plataformas marítimas e biocombustíveis, tecnologias digitais, captura e utilização de carbono, o que é muito importante para descarbonização, e desenvolvimento de novas energias, como as renováveis”, completou.

Participaram da audiência o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Fernando Peregrino; o representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Valder Steffen; o diretor da

Academia Brasileira de Ciências (ABC), Álvaro Toubes Prata; o representante do Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Servidores das Carreiras de Ciência e Tecnologia (Fórum de C&T), Roberto Muniz; e o secretário executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), Fábio Guedes Gomes.



Deputada Angela Amin presidiu a reunião

1 de junho de 2022

Propriedade de meteoritos que atingem o solo brasileiro



As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Minas e Energia (CME) realizaram audiência pública conjunta, no dia 1º de junho, para discutir o Projeto de Lei 4471/20, do deputado Alex Santana (Republicanos-BA), que dispõe sobre a propriedade de meteorito que atinge o solo brasileiro. O debate foi sugerido pelo próprio Alex Santana, em requerimento subscrito pela deputada Angela Amin (PP-SC), na CCTCI, e pelo deputado Jesus Sérgio (PDT-AC), na CME.

Alex Santana observou que o objetivo do PL 4471/20 é “preencher um vácuo legislativo acerca do tratamento dado aos fragmentos meteoroides formados de asteroides ou cometas, ou ainda restos de planetas ou corpos rochosos extraterrestres, que alcançam o solo brasileiro”. Ao solicitar a realização da audiência, ele explicou que a intenção era ouvir o maior número de opiniões possível, de modo a enriquecer o debate sobre o tema.

Relator da proposta na Comissão de Minas e Energia, o deputado Jesus Sérgio reforçou a importância do debate para a construção de “uma legislação robusta, que proteja os interesses nacionais diante de riquezas cada vez mais cobiçadas pela indústria transnacional e que por vezes têm saído de nosso país sem nem ao menos o conhecimento de nossas autoridades”.

Participaram da audiência a professora, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autora do livro “Decifrando os Meteoritos”, Maria Elizabeth Zucolotto; a geóloga, pesquisadora do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) e coordenadora do programa SGBeduca, Andrea Sander; o curador-chefe do Museu de Ciências da Terra (SGB-CPRM), Diogenes de Almeida Campos; o procurador federal e vice-presidente da Comissão de Direito Aeronáutico, Aeroportuário e Espacial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal (OAB-DF), Ian Grosner; o analista tributário da Receita Federal do Brasil Rodrigo Vesule Fernandes; a professora da Universidade Federal da Bahia Débora Rios; o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Alvaro Penteado Crósta; a integrante da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) Diana Paula de Pinho Andrade; e o integrante da Federação Brasileira de Geólogos (Febrageo) Caiubi Emanuel Souza Kuhn.

2 de junho de 2022

Pacotes de fotos e vídeos pornográficos nas redes sociais

A CCTCI promoveu audiência pública, no dia 2 de junho, sobre os pacotes de fotos e vídeos pornográficos disponibilizados nas redes sociais, os chamados "packs". O pedido para a realização do debate partiu do deputado Roberto Alves (Republicanos-SP). Ao defender a iniciativa, ele alertou que abusadores, aliciadores e pedófilos compram e vendem, nesses pacotes, imagens de nudez de crianças e adolescentes.

Roberto Alves chamou a atenção para a questão da vigilância de pais e responsáveis nas redes sociais. "Hoje, a maioria dos jovens passa a maior parte do dia utilizando celulares e computadores, de onde saem ideias excelentes, mas jovens e adultos estão utilizando esses serviços para cometer crimes, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes", lamentou. O deputado afirmou que, por trás da tela de um celular, existe "um mundo obscuro e perverso" e assinalou que autoridades do mundo inteiro sempre tentaram combater a Dark Web por meio de vários mecanismos. "Porém, o obscuro saiu do submundo e passou para as mãos de crianças e adolescentes no dia a dia", concluiu.

Participaram do debate a diretora do Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

Humanos, Maria Leolina Couto Cunha; a chefe do Serviço de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil da Divisão de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal (Sercopi/DRCC), Rafaella Parca; a procuradora da República no Estado de São Paulo e coordenadora do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (GACC/2CCR) do Ministério Público Federal, Fernanda Domingos; a presidente da Comissão Especial de Direito Privado e Novas Tecnologias do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Daniela Marques Batista Santos de Almeida; o gerente de Políticas Públicas Brasil da Associação Latino-americana de Internet (Alai), Sérgio García Alves; o representante da Coalizão Direitos na Rede, André Fernandes; e a advogada e administradora do Projeto Recuse a Clicar, Izabella Forzani.



Deputado Roberto Alves

9 de junho de 2022

Entraves logísticos das empresas para a implantação do 5G no Brasil

Os problemas e os entraves logísticos das empresas para a implantação do 5G no Brasil foram tema de audiência pública promovida pela CCTCI no dia 9 de junho. O debate atendeu a requerimento da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), subscrito pelos deputados Nilto Tatto (PT-SP), Vitor Lippi (PSDB-SP) e André Figueiredo (PDT-CE). Ao defender a realização da audiência, Perpétua Almeida destacou a importância da implantação da tecnologia 5G para inserir o País na revolução produtiva denominada Revolução 4.0, que “mudará a forma de viver e produzir bens no mundo”.

A deputada lembrou que o 5G possibilita a operação de máquinas e equipamentos a distância, criando condições, por exemplo, para a realização de cirurgias com paciente e médico em diferentes cidades e o desenvolvimento da condução autônoma de veículos, entre muitas outras aplicações. “Porém, hoje existem problemas e entraves para a plena implantação desta nova tecnologia, como problemas relativos à demora para a emissão das autorizações municipais para instalação das antenas das operadoras, um novo regulamento de compartilhamento de postes entre os diversos setores e empresas provedoras de internet, limpeza da faixa das antenas parabólicas para a operação do 5G e conectividade nas escolas, entre outros”, alertou.

Participaram do debate o superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Vinicius Oliveira Caram Guimarães; o superintendente adjunto de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Hugo Lamin; o coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom) da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Fernando Oliveira Paulino; o presidente executivo da Conexis Brasil Digital, Marcos Ferrari; o integrante do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) Basílio Perez; e a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy.



14 de junho de 2022

Planejamento do Ministério das Comunicações para 2022 e projeto em parceria com a Starlink na Amazônia



Presidente Milton Coelho e ministro Fábio Faria

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC); de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) reuniram-se, no dia 14 de junho, para ouvir o ministro das Comunicações, Fábio Faria. O ministro foi convidado para falar sobre o planejamento da pasta para o ano de 2022 e para prestar esclarecimentos sobre possível parceria com a

empresa Starlink, do empresário Elon Musk, para conectividade e monitoramento da Amazônia, assim como sobre notícia de interferência do ministério na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para autorizar a Starlink a operar no Brasil.

A audiência atendeu a requerimentos dos deputados Milton Coelho (PSB-PE), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Merlong Solano (PT-PI) e Leo de Brito (PT-AC) – um deles subscrito pela deputada

Luiza Erundina (Psol-SP) –, na CCTCI; dos deputados Leo de Brito e Ivan Valente (Psol-SP) – este último subscrito pelos deputados Jorge Solla (PT-BA) e Elias Vaz (PSB-GO) –, na CFFC; da deputada Perpétua Almeida, na CREDN; e da deputada Vivi Reis (Psol-PA), subscrito pelos deputados Capitão Alberto Neto (PL-AM), José Ricardo (PT-AM), Célio Moura (PT-TO) e João Daniel (PT-SE), na CINDRA.

Na ocasião, o ministro Fábio Faria defendeu o uso da rede de satélites Starlink, da SpaceX, empresa do bilionário Elon Musk, para a conexão de escolas em áreas rurais e o monitoramento da Amazônia. Porém, fez a ressalva de que a palavra final sobre a contratação seria das empresas vencedoras do leilão do 5G (Oi, Claro, Vivo e Tim).

Em janeiro de 2022, a Starlink recebeu autorização da Anatel para oferecer serviço de internet por satélite no País, com foco na expansão da cobertura em áreas rurais e na Amazônia, onde a infraestrutura de fibra óptica é deficiente. “O único satélite que poderia fazer essa conexão é o da Starlink”, afirmou o ministro, lembrando que 40 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet. Ele reforçou, no entanto, que os vencedores do leilão é que iriam decidir se usariam fibra ou se contratariam empresa de satélite.

Segundo o ministro, ainda faltava as operadoras de telecomunicações conectarem 12 mil escolas com acesso a eletricidade e 5 mil escolas sem luz, além da melhoria da conectividade de outras 40 mil. Uma parte do contrato desse serviço ficou a cargo das empresas RNP e Viasat — a Starlink chegou a

participar da disputa, mas não foi escolhida. “A capacidade da Viasat na Amazônia é limitada; ela já está chegando no limite”, alertou o ministro, comparando a velocidade da Viasat (30 Mbps) com a da Starlink (300 Mbps).

A conexão das escolas foi justamente uma preocupação levantada pelo presidente da CCTCI, deputado Milton Coelho. Faria afirmou que até o fim do ano não haveria mais nenhuma escola sem internet. “Isso não significa que não teremos escolas com internet que ainda possa melhorar”, completou. Ele observou que as empresas têm até 2027 para conectar via 4G todas as escolas localizadas a até 30 km da área urbana, com o risco de perder as faixas de frequência conquistadas no leilão.

Sobre as qualificações da Starlink para atuar no monitoramento da Amazônia, o ministro afirmou que “o único satélite que tem laser e que detecta o barulho da serra elétrica é o Starlink”.

Ele defendeu o 5G como tecnologia eficaz para monitorar a floresta. “Com o 5G, não precisa haver 50 operadores para subir 50 drones. Um só sobe 50; um só sobe 200. É muito mais rápido para monitorarmos a Amazônia”, disse.

O ministro também falou sobre os custos de um monitoramento feito pela Starlink. Ele destacou que o Ministério da Justiça estava pagando R\$ 40 milhões ao ano para que a empresa Planet monitorasse o desmatamento na Amazônia. “Se um empresário [Elon Musk] quer dar de graça para o Brasil, a zero real, em vez de pagar R\$ 40 milhões, a gente vai negar?”, questionou.

Os deputados Vivi Reis e Ivan Valente criticaram a contratação de uma empresa estrangeira para fazer o monitoramento na região, já realizado via satélite pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Qual é a razão para que o governo federal, depois de diminuir o orçamento do Inpe, venha a investir em outro sistema para monitorar o que já vem sendo monitorado com precisão?”, questionou a parlamentar. “O Brasil tem quatro sistemas de monitoramento que calculam centímetros de monitoramento da Amazônia. Não falta informação sobre a Amazônia, falta fiscalização”, sustentou Valente.

Fábio Faria observou que a decisão sobre quais satélites serão enviados para o espaço não parte da Agência Espacial Brasileira (AEB) e sim da União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão da ONU sediado na Suíça, e que cabe a uma empresa norte-americana a chancela sobre o lançamento. “Soberania nacional não; é soberania deles. Todos os satélites que estão no espaço sabem tudo o que se passa aqui, e se eles compartilharem com o governo brasileiro, a gente vai ter muito mais informação”, defendeu.

O deputado Leo de Brito falou de possível interferência do Ministério das Comunicações em prol da Starlink junto à Anatel, que tem autonomia garantida em lei. O ministro, por sua vez, rebateu os argumentos reforçando que grande parte das decisões é tomada por organismos internacionais, e que o País não pode proibir a passagem de satélite por território nacional.

Faria disse que o pedido feito à Anatel foi para reavaliação da exigência de que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao qual é vinculada a AEB, dissesse se aceitava ou não satélites em cima do Brasil. Ele explicou que esse posicionamento não tinha efeito prático. “Sabem quantas vezes o satélite da Starlink passa ao redor do Brasil por dia? São 15 vezes. Ele dá 15 voltas ao mundo em 1 dia. Imagine ligar e desligar, ligar e desligar”, salientou. E acrescentou: “Eu não defendi uma empresa de satélite. Defendi todas”.

O titular das Comunicações afirmou que, se havia algum lobby, era para que não fosse aprovada a entrada da Starlink no País, de modo a evitar a concorrência com outras operadoras de satélite que atuam no mercado. “Se houver cinco, dez, quinze ou vinte empresas, a briga de preços será muito grande”, afirmou.



Presidente Milton Coelho

22 de junho de 2022

Emendas à LDO



Deputada Angela Amin

A CCTCI aprovou, no dia 22 de junho, as emendas da comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2023.

A LDO compreende as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e

orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em função das metas e prioridades estabelecidas, a LDO fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes;

autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; e indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

Foram apresentadas 8 sugestões de emendas de texto e 9 sugestões de emendas de meta. Não existe limite de emendas de texto para envio à Comissão Mista de Orçamento (CMO), enquanto que as de meta estão limitadas a 3.

As sugestões de meta contempladas foram: **Nº 1/2022** – Incluir na Ação: 00LV – Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico. Acréscimo: 76.000 beneficiários atendidos por ano; **Nº 2/2022** – Incluir na Ação: 20V8 – Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital. Acréscimo: 45.000 iniciativas apoiadas; **Nº 3/2022** – Incluir na Ação: 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo. Acréscimo: 600 projetos/iniciativas apoiados por ano.

As sugestões de emendas de texto, de acordo com o item 2.3.1 do Parecer Preliminar, estão restritas à competência regimental da comissão. Assim, as sugestões admitidas foram: **Nº 1/2022** –

Inclua-se no texto, depois do “Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24”, o texto proposto: “Art. X. Na lei orçamentária de 2023, o montante anual das operações com recursos reembolsáveis não poderá ultrapassar 15% (quinze por cento) das dotações consignadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.”; **Nº 2/2022** – Inclua-se no texto, depois do “Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24”, o texto proposto: “Art. X. Na lei orçamentária de 2023, o montante anual das operações com recursos reembolsáveis não poderá ultrapassar 15% (quinze por cento) das dotações consignadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.”; **Nº 3/2022** – Inclua-se no “Anexo III, Seção I, Inciso LXVIII” o texto proposto: “Despesas com as ações vinculadas à função Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.”; **Nº 4/2022** – Inclua-se no texto, depois do “Corpo da Lei, Cap VIII, Art 129”, o texto proposto: “Inclua-se, onde couber, Art. No mínimo 30% (trinta por cento) do valor destinado a programas e projetos de interesse nacional (PPI) nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários, conforme previsto no art. 11, § 1º, inciso IV, da Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), deverão ser aplicados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste”.

23 de junho de 2022

Vantagens e desvantagens do projeto de mineração Santa Quitéria (CE)



Deputado Denis Bezerra

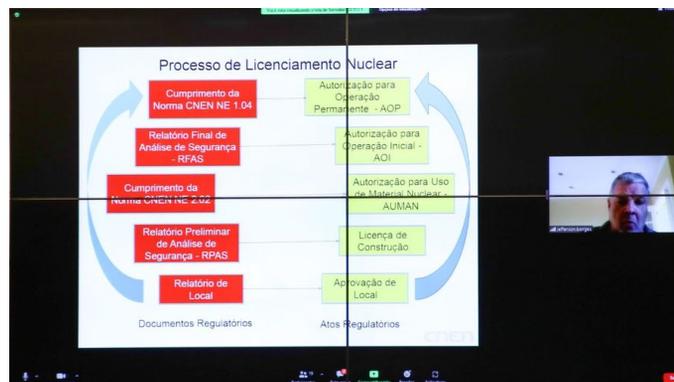
A CCTCI realizou audiência pública, no dia 23 de junho, para discutir as vantagens e desvantagens – tanto no âmbito da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico, quanto no âmbito econômico e ambiental – do Projeto Santa Quitéria, de mineração e beneficiamento de fosfato e urânio, no Ceará. O debate foi sugerido pelo deputado Denis Bezerra (PSB-CE), que destacou o objetivo de avaliar

o impacto do empreendimento no meio ambiente e na saúde humana, bem como de construir caminhos para que a comunidade científica e a população participem da tomada de decisão sobre o projeto.

"A iniciativa surge das pressões para construção de novas usinas nucleares no Brasil, que utilizam o urânio como combustível, e do aumento da

demanda pelo agronegócio de fertilizantes e ração animal, produzidos a partir do fosfato", observou Denis Bezerra, ao solicitar a realização da audiência. O deputado lembrou que o projeto foi proposto pelas empresas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e Galvani, que formam o Consórcio Santa Quitéria, com a finalidade de promover a separação do urânio e do fosfato. Ele acrescentou, no entanto, que "desde 2004, a INB tenta obter a licença ambiental do projeto, mas, devido às irregularidades ambientais, a justiça determinou que o licenciamento e os estudos fossem refeitos".

Segundo Denis Bezerra, com investimentos previstos de R\$ 2,3 bilhões, o projeto Santa Quitéria prevê a produção anual de cerca de 1,05 milhão de toneladas de fertilizantes fosfatados e 220 mil toneladas de fosfato bicálcico (usado na nutrição animal), com destinação à agropecuária no Norte e Nordeste. "Na outra ponta, deverá produzir 2,3 mil toneladas de concentrado de urânio, a ser convertido em hexafluoreto de urânio (UF6) no exterior, o qual retornará ao Brasil para uso na fabricação do combustível para a geração termonuclear das usinas de Angra 1, 2 e, futuramente, 3", completou.



Jefferson Borges Araújo, da CNEN

Participaram da audiência o coordenador geral de Reatores e Ciclo do Combustível da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Jefferson Borges Araújo; o diretor de Recursos Minerais da INB, Rogério Mendes Carvalho; o prefeito de Santa Quitéria (CE), José Braga Barrozo; o vereador de Santa Quitéria Cesário Júnior; o representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Erivan Camelo da Silva; as representantes da Articulação Antinuclear do Ceará (AAACE), Isabel Cristina Silva (Quilombola) e Rejane Mateus (Assentamento Queimadas); e a professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenadora do Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde/UFC, Raquel Maria Rigotto.

29 de junho de 2022

Violência contra jornalistas e garantias de liberdade de imprensa nas eleições



As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizaram seminário conjunto, no dia 29 de junho, para debater os temas "Violência contra jornalistas e garantias para o exercício da liberdade de imprensa no período eleitoral de 2022" e "Impactos da desinformação e da violência política sobre a democracia". Na CCTCI, a realização do evento foi proposta pelos deputados Luiza Erundina (Psol-SP) e Gustavo Fruet (PDT-PR), em requerimento subscrito pelos deputados Amaro Neto (Republicanos-ES) e Félix Mendonça Júnior (PDT-BA). Já na CDHM, foram atendidos requerimentos do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), subscritos pelos deputados Carlos Veras (PT-PE), Célio Moura (PT-TO), Helder Salomão (PT-ES) e Abílio Santana (PSC-BA); das deputadas Talíria Petrone (Psol-RJ) e Vivi Reis (Psol-PA); e do deputado Helder Salomão.

No requerimento apresentado à CCTCI, Luiza Erundina e Gustavo Fruet propuseram a discussão

sobre violência contra jornalistas e liberdade de imprensa nas eleições, mesmo tema sugerido por Talíria Petrone e Vivi Reis na CDHM. Ao justificar a realização do debate, os quatro parlamentares observaram que o acesso à informação é um direito fundamental para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia. Eles acrescentaram que, nas eleições, o papel da imprensa se torna ainda mais relevante para garantir esse acesso, de forma a possibilitar a participação cidadã no debate público e no processo eleitoral de forma consciente e crítica.

“Entretanto, as eleições de 2022 no Brasil serão realizadas em um contexto de crescentes ataques a jornalistas, comunicadores e violações da liberdade de imprensa, que tendem a se agravar durante a campanha”, alertaram. Os deputados citaram números que mostram um crescimento expressivo dos casos de violência contra jornalistas no Brasil. Entre eles, dados da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que apontam o registro de 453 ataques contra comunicadores e meios de comunicação em 2021, dos quais 69% provocados por agentes estatais. “Entre janeiro e abril de 2022, segundo a Abraji, já tivemos um aumento de 26,9% nos ataques, comparado com o mesmo período do ano passado”, destacaram.

Eles lembraram, ainda, que, nas eleições de 2018 e 2020, jornalistas, comunicadores e veículos de imprensa foram alvo de todo tipo de violência, desde discursos estigmatizantes e campanhas de

descredibilização no ambiente digital até agressões físicas, passando por remoção de conteúdo jornalístico e censura por meio de processos judiciais e por criminalização de profissionais por meio de investigações policiais baseadas nos chamados “crimes contra a honra”. Os deputados assinalaram, por fim, que, em carta pública lançada no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de maio), organizações nacionais e internacionais alertaram para os riscos da escalada dessas agressões e destacaram a importância de uma ação coletiva para garantir o livre exercício do trabalho jornalístico no período eleitoral.

Já o deputado Orlando Silva propôs o debate sobre os impactos da desinformação e da violência política na democracia. Ele assinalou que o registro da violência política vem aumentando conforme crescem as candidaturas e eleições de pessoas negras, mulheres e pessoas LGBTQIA+. O deputado citou, entre outros dados, o relatório “Violência Política e Eleitoral no Brasil”, das organizações Terra de Direitos e Justiça Global. “De acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se para 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número cinco vezes maior do que o quantitativo de 2017”, afirmou. Orlando Silva destacou, ainda, a produção e a divulgação em larga escala de informações falsas em contextos eleitorais, que têm o “poder de minar a credibilidade de todo o processo eleitoral, bem como a capacidade dos eleitores de exercerem o seu direito de voto de forma consciente, ameaçando, assim, a democracia”.

Participaram do seminário a secretária-geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Christine Peter; o representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Jan Jarab; o diretor-executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), Remo Carlotto; o representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – MPF, Enrico Rodrigues de Freitas; o defensor público Nacional de Direitos Humanos, André Ribeiro Porciúncula; a subprocuradora-geral da República Raquel Dodge; a representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Mônica Mourão; o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Octávio Costa; a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga; o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech; o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Gustavo Coutinho; o presidente do Sindicato de Jornalistas do Estado do Pará, Vito Gemaque; a pesquisadora na Columbia University Débora Thomé; o representante da Associação Artigo 19, Thiago Firbida; o representante do Instituto Vero, Caio Machado; a coordenadora-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF (SJPDF), Juliana Nunes; a representante do Instituto Marielle Franco, Brisa Lima; a coordenadora-executiva de Incidência do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), Ramênia Vieira; a representante da Coalizão Direitos na Rede, Bruna Santos; o representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Rodolfo Salema; e a representante da Abraji, Natália Mazotte.

30 de junho de 2022

Transparência na contratação de espaço publicitário virtual



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 30 de junho, para debater o Projeto de Lei 2134/21, que dispõe sobre transparência, eficiência e neutralidade concorrencial relativas à disponibilização e à contratação de espaço para exposição de anúncios na internet. O debate foi proposto pelo deputado Paulo Ganime (Novo-RJ), em requerimento subscrito pelos deputados Aiel Machado (PV-PR) e Nilto Tatto (PT-SP). Também foram atendidos requerimentos de inclusão de convidados apresentados pelos deputados Aiel Machado – com subscrição dos deputados Luis Miranda (Republicanos-DF) e Nilto Tatto – e Alceu Moreira (MDB-RS), autor do PL 2134/21.

Ao propor a realização do debate, Ganime, designado relator do projeto na CCTCI, disse que o objetivo era promover uma discussão mais democrática sobre o assunto, com uma maior diversidade de pontos de vista. O deputado explicou que o PL 2134/21 visa reger e estabelecer princípios, deveres e procedimentos tributários para pessoas

jurídicas que disponibilizem espaço para a exposição ou divulguem qualquer tipo de anúncio, impulsionem conteúdos na internet ou gerem tráfego. A proposta abarca ainda aqueles que, de qualquer forma, concorram para a veiculação de anúncio em meio digital, plataforma, aplicativo, game ou website próprio ou de terceiro.

Participaram da audiência a gerente de Políticas Públicas do Interactive Advertising Bureau (IAB Brasil), Roberta Rios; o vice-presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP), Eduardo de Godoy Pereira; o advogado da Divisão Jurídica e Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) Marcus Vinícius B. de Lima; o sócio e coordenador das áreas de Transações de Tecnologia & Propriedade Intelectual, Mídia Digital & Entretenimento e Publicidade do Baptista Luz Advogados, Pedro Henrique Ramos; o coordenador do Comitê Jurídico da Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net), Igor Luna; o acadêmico e advogado Tácio Lacerda Gama; o diretor executivo da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), Alexandre Gibotti, representando a Coalizão Liberdade com Responsabilidade; a presidente-executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro), Marianna Souza; e o diretor geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Cristiano Lobato Flôres.

4 de julho de 2022

Desafios da universalização da conectividade nas escolas públicas

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Educação (CE) realizaram audiência pública conjunta, no dia 4 de julho, para discutir os desafios da universalização da conectividade nas escolas públicas. O debate atendeu a requerimentos do deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), subscrito pelo deputado Gustavo Fruet (PDT-PR), na CCTCI; e do deputado Kim Kataguiri (União-SP), na CE.

“Os desafios relativos à conectividade no Brasil já existem há algum tempo, porém foram sobremaneira intensificados com a pandemia, colocando o País em um estado alarmante”, afirmaram Cezinha de Madureira e Kim Kataguiri, ao proporem a realização da audiência. Eles observaram que a falta de conectividade nas escolas e as dificuldades na formação dos professores e no uso pedagógico de tecnologias digitais aumentam a distância entre o Brasil e outros países. “Das 140 mil escolas públicas no País, 20% não têm internet e apenas 6% das conectadas têm velocidade adequada para uso pedagógico”, alertaram.

Madureira e Kataguiri destacaram o lançamento da MegaEdu, organização sem fins lucrativos focada em levar internet de alta velocidade para todas as

escolas públicas. Os deputados explicaram que, inspirada na iniciativa norte-americana EducationSuperHighway, a MegaEdu trabalha com diretores de escolas públicas, secretários e gestores de secretarias de Educação, gestores de políticas públicas federais e empresas de telecomunicação “para criar soluções simples que liguem quem tem direito ao acesso e quem pode ajudar a transformar a educação”.

Participaram da audiência pública o secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União (TCU), Alipio Dias dos Santos Neto; o diretor de Política Setorial da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Wilson Diniz; o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Vicente Aquino; o presidente da Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE), Maxwell Borges de Moura Vieira; o chefe do Departamento de Educação e Investimentos Sociais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Conrado Leiras Matos; o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Pernambuco (Undime/PE), Natanael Silva; e a CEO da MegaEdu, Cristieni Castilhos.

5 de julho de 2022

Denúncias apresentadas por ex-funcionária do Facebook sobre manipulações políticas



Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Legislação Participativa (CLP) realizaram audiência pública conjunta, no dia 5 de julho, para discutir denúncias feitas por Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, de manipulação do discurso de ódio e da desinformação no Brasil com finalidades políticas. Na CCTCI, o debate foi sugerido pela deputada Natália Bonavides (PT-RN), em requerimento subscrito pela deputada Luiza Erundina (Psol-SP). Já na CLP, a sugestão partiu da deputada Talíria Petrone (Psol-RJ).

Ao defenderem a importância da audiência, Natália Bonavides e Talíria Petrone lembraram que, em 2018, o Facebook ocupou o centro das atenções

mundiais diante da denúncia de que informações de mais de 50 milhões de usuários foram utilizadas pela empresa americana Cambridge Analytica, sem o consentimento deles, para fazer propaganda política. Em 2021, acrescentaram, um novo escândalo, apelidado de Facebook Papers, apontou a ocorrência no Brasil de “manipulação de informações e sentimentos dos usuários da plataforma”. As deputadas destacaram que, segundo documentos apresentados pelo advogado de Frances Haugen, houve uma ação organizada por “superprodutores” de conteúdo de desinformação e ódio durante o período eleitoral de 2018 para influenciar o resultado das eleições brasileiras.

“Conhecermos mais profundamente o que aconteceu com uma das maiores plataformas de rede social pode lançar luz à conscientização necessária não só dos parlamentares e de toda a classe política, mas também de toda sociedade brasileira, para que todos observemos e lutemos para garantir um debate limpo que favoreça a tomada de decisão de cada cidadão”, concluíram as parlamentares, após menção à proximidade das eleições de 2022.

Além de Frances Haugen, participaram da audiência pública a coordenadora sênior de Campanhas na Avaaz, Laura Moraes; e a integrante da Coalizão Direitos na Rede Bia Barbosa.

11 de julho de 2022

Perdas de recursos na ciência e tecnologia e possibilidades de recuperação



Deputada Jandira Feghali

As perdas de recursos na área de ciência e tecnologia, assim como as possibilidades de recuperação, foram tema de audiência pública promovida pela CCTCI em 11 de julho. O debate foi proposto pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que chamou a atenção para o declínio do orçamento do setor no governo Jair Bolsonaro. A deputada alertou que foi “um dos maiores cortes orçamentários já vividos na história da ciência no País”.

No requerimento de realização da audiência, Jandira Feghali observou que a área econômica do Governo Federal havia projetado, na semana anterior, um corte de R\$ 3,23 bilhões no orçamento do Ministério da Educação (MEC), com impacto, inclusive, em órgãos de grande importância para a produção científica nacional, que já vinham sofrendo

com a diminuição de recursos para executar as ações previstas em planejamento. “As universidades federais, que também estão sendo atingidas pelos cortes, já não possuem orçamentos para o seu funcionamento básico com a volta do ensino presencial”, alertou.

A deputada citou matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, segundo a qual, “além do dinheiro do MEC e das federais”, a tesoura também recairia sobre o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).

Participaram da audiência o subsecretário de Programas de Infraestrutura do Ministério da Economia, Zarak de Oliveira Ferreira; a vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) para a região Minas Gerais e Centro-Oeste, Mercedes Maria da Cunha Bustamante; a diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Francilene Procópio Garcia; o secretário-executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), Fábio Guedes Gomes; e o diretor de Comunicação da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Vinícius Soares.

14 de julho de 2022

Processo de liquidação do Ceitec



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 14 de julho, para discutir o processo de liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). O debate atendeu a requerimento do deputado Nilto Tatto (PT-SP), subscrito pelos deputados RRenato Queiroz (PSD-RR) e Merlong Solano (PT-PI), que presidiu a reunião.

Ao propor a realização da audiência, Nilto Tatto assinalou que o Ceitec é a única empresa da América Latina capaz de desenvolver, projetar e fabricar semicondutores em larga escala, sendo considerada “estratégica para o desenvolvimento tecnológico brasileiro e essencial para a soberania nacional nessa temática”. O deputado lembrou que, desde o início da pandemia de Covid-19, fabricantes dos mais diversos produtos se viram obrigados a suspender as linhas de produção por falta dos componentes eletrônicos e observou que, embora a escassez de semicondutores afete globalmente as cadeias produtivas, a vulnerabilidade brasileira é grande. “Menos de 20 empresas atuam no ramo dos

semicondutores no País e, como elas não participam da cadeia completa, 70% dos insumos são importados”, destacou. “Em todos os países onde houve desenvolvimento das indústrias de semicondutores, a implantação ocorreu com apoio de políticas públicas e investimentos estatais”, acrescentou.

Nilto Tatto afirmou ainda que, ao lançar edital para escolher a empresa que vai gerir o espólio do Ceitec, o governo atropelou decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que suspendeu a liquidação do centro, em setembro de 2021, por haver encontrado “fragilidades no processo”. “Enquanto o TCU não se manifesta sobre a documentação solicitada ao Executivo para avaliar o teor do processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) escolheu, no fim de fevereiro, a única firma a se apresentar para concluir a liquidação: Softex”, disse.

Participaram do debate o diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do MCTI, Henrique de Oliveira Miguel; o diretor de Governança e Avaliação de Estatais do Ministério da Economia, Francisco Carlos de Sena Júnior; o presidente da Associação dos Colaboradores do Ceitec (Acceitec), Silvio Luís dos Reis Santos Júnior; e o ex-secretário estadual de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e professor da Escola Politécnica da PUC-RS, Adão Villaverde.

9 de novembro de 2022

Emendas à LOA

A CCTCI aprovou, no dia 9 de novembro, as emendas da comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023. O valor total das emendas foi de R\$ 3.600.000.000,00 (três bilhões e seiscentos milhões de reais).

Foram apresentadas 24 sugestões de emendas, das quais foram escolhidas 4 pelo colegiado para envio à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

1ª Emenda: Unidade Orçamentária: 24201 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Programa: 2204 – Brasil na Fronteira do Conhecimento. Ação: 00LV – Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico – Nacional. Valor: R\$ 800.000.000,00 (tipo: apropriação); **2ª Emenda:** Unidade Orçamentária: 24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – Administração Direta. Programa: 2208 – Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável. Ação: 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo – Priorizando Startups, Inovação, Cooperação Acadêmica Empresarial – Nacional. Valor: 1.600.000.000,00 (tipo: apropriação); **3ª Emenda:** Unidade Orçamentária: 41101 – Ministério das Comunicações – Administração Direta. Programa: 2205 – Conecta Brasil. Ação: 20V8 – Apoio a

Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital – Nacional. Valor: 400.000.000,00 (tipo: apropriação); **4ª Emenda:** Unidade Orçamentária: 24201 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Programa: 2204 – Brasil na Fronteira do Conhecimento. Ação: 20US – Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico – Nacional. Valor: 800.000.000,00 (tipo: apropriação).

A LOA estabelece o Orçamento da União, por intermédio do qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com o Plano Plurianual (PPA).



Presidente Milton Coelho

7 de dezembro de 2022

O Legislativo e as políticas de preservação do patrimônio histórico

A CCTCI realizou audiência pública conjunta com as comissões de Cultura (CCULT) e de Turismo (CTUR), no dia 7 de dezembro, para debater o papel do Poder Legislativo na modernização das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico brasileiro. O debate atendeu a requerimentos do deputado Milton Coelho (PSB-PE), na CCTCI e na CCULT, e do deputado Rafael Motta (PSB-RN), na CTUR. Na CCTCI, o requerimento foi subscrito pelos deputados Angela Amin (PP-SC), Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Vitor Lippi (PSDB-SP).

Ao propor a realização da audiência, Milton Coelho – presidente da CCTCI e da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Cidades Históricas – e Rafael Motta – também integrante da frente – defenderam que “preservar o patrimônio histórico nacional é a melhor forma de preservar e perpetuar a identidade única do povo brasileiro”. Eles observaram que, seja como patrimônio material ou imaterial, as cidades, a cultura e a memória nacionais carecem de políticas públicas que “as viabilizem, incentivem e enraízem a sua importância diante de todo o Poder Público e da população, que precisa estar conectada às suas origens para construir um futuro conectado com a sua verdadeira identidade”.

Os dois parlamentares enfatizaram que a audiência seria uma oportunidade de ouvir representantes da sociedade e de organizações que possam servir de referência para a realização de um debate qualificado e democrático na Câmara. “Os

convidados propostos trazem diferentes perspectivas sobre como a discussão em torno das políticas públicas de incentivo à preservação do patrimônio histórico pode dialogar com temas que vão além do interesse turístico, ao perpassar pela importância da construção cultural e de identidade e ressaltar como os avanços tecnológicos hodiernos também exercem papel fundamental em facilitar a preservação e tornar, para a população, o vínculo com a sua própria história mais acessível”, assinalaram.

Participaram do debate o secretário de Cultura de Pernambuco, Oscar Barreto; a coordenadora do Setor de Cultura da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Isabel de Paula; a chefe de Delegação adjunta da União Europeia no Brasil, Ana Beatriz Martins; e o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e ex-diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Andrey Rosenthal Schlee.



**Frente Parlamentar
Mista em Defesa das
Cidades Históricas
Patrimônio Cultural
brasileiro**



OUTROS EVENTOS

27 de abril de 2022

Aposição da foto de Aiel Machado na galeria de ex-presidentes da comissão



Da esquerda para a direita: deputados Márcio Jerry, Aiel Machado, Milton Coelho, Bira do Pindaré, Angela Amin e Gustavo Fruet

No dia 27 de abril, logo após a eleição e a posse do novo presidente da CCTCI, deputado Milton Coelho (PSB-PE), e do 1º vice-presidente, deputado Gustavo Fruet (PDT-PR), foi realizada a cerimônia de aposição da foto do deputado Aiel Machado (PV-PR) na galeria de ex-presidentes do colegiado, no plenário 13 da Câmara dos Deputados. Natural de Ponta Grossa (PR), Aiel Machado iniciou seu primeiro mandato como deputado federal em 2015, com apenas 25 anos. Ele presidiu a comissão em 2021, quando era filiado ao PSB.

1º de junho de 2022

Painel sobre inovações tecnológicas na gestão pública municipal



Deputada Luisa Canziani, autora da proposta de participação da comissão no evento

A CCTCI apoiou a realização do painel "Gestão Inteligente, Cidades Digitais", promovido pela Frente Parlamentar Mista da Inteligência Artificial, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e outras frentes parlamentares. O objetivo foi discutir caminhos para a transformação digital da gestão pública. A participação da comissão no evento, realizado em 1º de junho, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, foi sugerida ao colegiado pela deputada Luisa Canziani (PSD-PR), em requerimento subscrito pela deputada Angela Amin (PP-SC).

29 de junho de 2022

Reunião de trabalho sobre a Lei do Bem



A CCTCI realizou reunião de trabalho, no dia 29 de junho, para discutir os impactos da Lei do Bem (Lei 11.196/05) na inovação empresarial, no desenvolvimento científico e tecnológico e no incremento da competitividade industrial no Brasil, assim como as propostas de aperfeiçoamento da norma. A realização do debate foi proposta pelo deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) por meio de

requerimento subscrito pelo deputado Luis Miranda (Republicanos-DF).

Participaram da reunião o coordenador-geral de Mecanismo de Apoio a Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, José Afonso Cosmo Júnior; o subsecretário substituto de Inovação e Transformação Digital do Ministério da Economia, Maycon Stahelin; a diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio; a diretora executiva da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), Marcela Chami Gentil Flores; e o vice-presidente de Articulação Política da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), Christian Tadeu.

17 de maio de 2022

Subcomissão Especial – Implantação da Tecnologia 5G

A Subcomissão Especial para Acompanhar a Implantação da Tecnologia 5G no Brasil e Propor Estratégias Normativas com Vistas ao Aperfeiçoamento da Legislação Relacionada aos

Serviços de Telecomunicações, presidida pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), realizou reunião, no dia 17 de maio, para apresentação e discussão da agenda de trabalho para 2022.

5



Dr. MURILLO



CCTCI EM NÚMEROS *

* Dados apurados até 22/12/2022.

Balanço de 2021

EVENTOS	Quantidade
Reunião de instalação e eleição da Mesa	1
Reuniões de instalação e eleição de subcomissões	0
Reuniões deliberativas extraordinárias	13
Reuniões ordinárias de subcomissões	1
Audiências públicas extraordinárias	7
Audiências públicas extraordinárias de subcomissões	0
Audiências públicas conjuntas	5
Comparecimento de Ministro	1
Comparecimento de Ministro conjunta	1
Seminários	1
Visitas Técnicas	0
Outros	2
TOTAL	32

EVENTOS CANCELADOS	Quantidade
Reuniões deliberativas canceladas	4
Reuniões ordinárias de subcomissões canceladas	0
Reuniões deliberativas encerradas com termo	0

Reuniões de instalação e eleição de subcomissões canceladas	0
Reuniões de instalação e eleição de subcomissões encerradas com termo	0
Audiências públicas canceladas	0
Comparecimento de Ministro cancelado	0
Seminários cancelados	0
TOTAL	4

PROPOSIÇÕES APROVADAS	Quantidade
PLs (projetos de lei)	19
PLPs (projetos de lei complementar)	0
PDCs (projetos de decreto legislativo)	0
PFCs (propostas de fiscalização e controle)	0
PDLs (projetos de decreto legislativo)	5
TVRs (atos de outorga de serviços de radiodifusão)	167
Emendas orçamentárias (LDO)	7
Emendas orçamentárias (LOA)	4
Emendas orçamentárias (PPA)	0
REQs (requerimentos)	34
TOTAL	236

PROPOSIÇÕES REJEITADAS	Quantidade
PLs (projetos de lei)	2
PDCs (projetos de decreto legislativo)	0
PDLs (projetos de decreto legislativo)	0
PFCs (propostas de fiscalização e controle)	0
PLPs (projetos de lei complementar)	0
TOTAL	2

TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Requerimentos

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 1/2022	Requer a realização de Audiência Pública com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações para discutir o planejamento da pasta para o no de 2022.	Milton Coelho	APROVADO em 04/05/2022. Evento realizado em 25/05/2022. Arquivado.
REQ 2/2022	Requer a realização de Audiência Pública com o Ministro das Comunicações para discutir o planejamento da pasta para o ano de 2022.	Milton Coelho	APROVADO em 04/05/2022, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), sr. Jarbas Valente. Evento realizado em 14/06/2022. Arquivado. (Ver REQs 24, 25 e 27/2022)
REQ 3/2022	Requer audiência pública para debater a inclusão e proteção da pessoa com deficiência nas redes sociais.	Roberto Alves	APROVADO em 04/05/2022, subscrito pelo deputado Nilto Tatto, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Coalizão Direitos na Rede. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 4/2022	Requer audiência pública para debater os “PACK” - Pacote de fotos e vídeos pornográficos nas Redes Sociais.	Roberto Alves	APROVADO em 04/05/2022, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Coalizão Direitos na Rede. Evento realizado em 02/06/2022. Arquivado.
REQ 5/2022	Solicita realização de Audiência Pública para debatermos problemas e entraves logísticos das empresas para a implantação do 5G no Brasil. Com os representantes indicados das seguintes entidades e organizações empresariais: ABRINT, CONEXIS, FENINFRA, VIVO, CLARO, TIM, SERCOMTEL.	Perpétua Almeida	APROVADO em 04/05/2022, subscrito pelos deputados Nilto Tatto, Vitor Lippi e André Figueiredo, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representantes do Laboratório de Políticas de Comunicação da Faculdade de Comunicação da UnB (LaPCom), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Evento realizado em 09/06/2022. Arquivado.
REQ 6/2022	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e	Silas Câmara	APROVADO em 04/05/2022, subscrito pelos deputados Leonardo Gadelha, Roberto Alves,

REQ	Ementa	Autor	Situação
	Informática, para debater situação da telefonia, como a qualidade da cobertura e suas obrigações e bem como a melhoria do sinal da telefonia móvel e internet.		Amaro Neto, Capitão Fábio Abreu e Merlong Solano, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Coalizão Direitos na Rede. (Ver REQ 10/2022) Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 7/2022	Requer a realização de audiência pública visando debater a destinação de percentual dos recursos da produção de óleo e gás para projetos de pesquisa e desenvolvimento, que estão sendo redirecionados ao desmonte e sucateamento de caminhões, conforme texto da Medida Provisória nº 1.112/2022.	Milton Coelho	APROVADO em 04/05/2022, subscrito pelo deputado Merlong Solano, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante do Fórum de Ciência e Tecnologia. Evento realizado em 26/05/2022. Arquivado. (Ver REQ 20/2022)
REQ 8/2022	Requer a criação de Subcomissão Especial para debater e apresentar propostas para uma política nacional de semicondutores.	Milton Coelho	APROVADO em 04/05/2022. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 9/2022	Requer realização do Painel “Gestões Inteligentes e Cidades Digitais”, em conjunto com a Frente Parlamentar Mista da Inteligência Artificial.	Luisa Canziani	APROVADO em 11/05/2022, subscrito pela deputada Angela Amin. Evento realizado em 01/06/2022 (Painel em conjunto com a Frente Parlamentar Mista da Inteligência Artificial) Arquivado.
REQ 10/2022	Complementarmente ao REQ n. 06/2022, protocolado na CCTCI, requer que sejam convidados um representante de cada operadora de telefonia móvel e internet que atue em todo território nacional, principalmente da Oi, Vivo, TIM e Claro, assim como um representante da sociedade civil organizada, para audiência pública que discutirá situação da telefonia, como a qualidade da cobertura e suas obrigações, e bem como a melhoria do sinal da telefonia móvel e internet.	Capitão Fábio Abreu	APROVADO em 11/05/2022, subscrito pelos deputados RRenato Queiroz e Merlong Solano, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representantes das entidades: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Conexis Brasil Digital, Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Ver REQ 6/2022)

REQ	Ementa	Autor	Situação
			Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 11/2022	Requer a realização de audiência pública, para debater sobre a política de investimento na ciência e tecnologia.	Luis Miranda	APROVADO em 11/05/2022, subscrito pelos deputados Merlong Solano, Gustavo Fruet e Vitor Lippi, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representantes das entidades: Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), Rede Observatório do Conhecimento, Associação Nacional de Servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Movimento de Empreendedorismo na Área de Tecnologia e Inovação (MEI/CNI), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 12/2022	Solicita realização de Audiência Pública para debatermos a conectividade das escolas públicas brasileiras para professores e estudantes.	Perpétua Almeida	APROVADO em 11/05/2022, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representantes das entidades: Coalização Direitos na Rede, entidade administradora da conectividade nas escolas vinculada ao ministério da Educação, Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes) e Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 13/2022	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir o processo de liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC.	Nilto Tatto	APROVADO em 11/05/2022, subscrito pelos deputados Merlong Solano e RRenato Queiroz. Evento realizado em 14/07/2022. Arquivado.
REQ 14/2022	Requeiro audiência pública para debater o excesso de ligações dos Bancos Privados oferecendo consignados excessivamente para os aposentados do INSS e de que forma conseguem esses dados, infringindo a Lei Geral de Proteção de Dados.	Roberto Alves	APROVADO em 11/05/2022, subscrito pelos deputados Amaro Neto, Leonardo Gadelha e Perpétua Almeida, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante do

REQ	Ementa	Autor	Situação
	Reunião em conjunta com a Comissão de Direitos da Pessoa Idosa.		Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Evento realizado em 26/05/2022 (audiência pública conjunta com a CIDOSO, organizadora). Arquivado.
REQ 15/2022	Requer a impressão, pela Gráfica da Câmara dos Deputados, do relatório de atividades da Comissão relativo ao ano de 2021.	Aliel Machado	APROVADO em 18/05/2022, subscrito pela deputada Luiza Erundina. Arquivado.
REQ 16/2022	Requer a realização de Audiência Pública para discutir as vantagens e desvantagens no âmbito tanto de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, quanto no âmbito de questões econômicas e ambientais, que envolvem o Projeto Santa Quitéria - CE, de mineração e beneficiamento de Fosfato e Urânio.	Denis Bezerra	APROVADO em 18/05/2022. Evento realizado em 23/06/2022. Arquivado.
REQ 17/2022	Requer a realização de reunião de audiência pública para debater os impactos da Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005) na inovação empresarial, no desenvolvimento científico e tecnológico e no incremento da competitividade industrial no Brasil e as propostas de aperfeiçoamento dessa legislação.	Vitor Lippi	APROVADO em 18/05/2022, subscrito pelo deputado Luis Miranda, com aditamento para transformação da audiência pública em reunião de trabalho e para inclusão, na relação de convidados, de representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro). Reunião de trabalho realizada em 29/06/2022. Arquivado.
REQ 18/2022	Requer a realização do Seminário a Economia Criativa: Ciência, Tecnologia e Inovação, os cenários e os aspectos regulatórios, a ser realizado conjuntamente entre as Comissões de Cultura e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	Bira do Pindaré	RETIRADO de tramitação a pedido do autor, nos termos do art. 114, V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Arquivado. (Ver REQ 22/2022)
REQ 19/2022	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir o papel da TV Brasil enquanto emissora pública do sistema nacional de radiodifusão.	Merlong Solano	APROVADO em 18/05/2022. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 20/2022	Complementarmente ao REQ n. 07/2022, protocolado na CCTCI, requer que seja convidado o Sr. Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica.	Milton Coelho	APROVADO em 18/05/2022, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do Sr. Fábio Guedes Gomes, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br). Evento realizado em 26/05/2022. Arquivado. (Ver REQ 7/2022)
REQ 21/2022	Requer a realização do Seminário a Economia Criativa: Ciência, Tecnologia e Inovação, os cenários e os aspectos regulatórios, a ser realizado conjuntamente entre as Comissões de Cultura e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.	Bira do Pindaré	APROVADO em 01/06/2022, subscrito pelo deputado Merlong Solano. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 22/2022	Requer a retirada de tramitação do Requerimento nº 18 de 2022.	Bira do Pindaré	DEFERIDO pelo presidente em 19/05/2022, nos termos do art. 114, V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Arquivado. (Ver REQ 18/2022)
REQ 23/2022	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a violência contra jornalistas e garantias para o exercício da liberdade de imprensa no período eleitoral de 2022.	Luiza Erundia e Gustavo Fruet	APROVADO em 01/06/2022, subscrito pelos deputados Amaro Neto e Félix Mendonça Júnior, com aditamento para inclusão, na relação dos convidados, do Sr. Mario Sarrubbo, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, e de representantes da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Evento realizado em 29/06/2022 (seminário conjunto com a CDHM, organizadora). Arquivado.
REQ 24/2022	Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, senhor Fábio Faria, para prestar esclarecimentos sobre o Programa CONECTA AMAZÔNIA a ser desenvolvido pela empresa Starlink do empresário Elon Musk.	Perpétua Almeida	APROVADO em 01/06/2022, com aditamento para transformar em convite e em reunião conjunta com as comissões CFFC, CINDRA e CREDN, em 01/06/2022. Evento realizado em 14/06/2022. Arquivado. (Ver REQs 2, 25 e 27/2022)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 25/2022	Requer a convocação do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Fábio Faria, para prestar esclarecimentos a respeito da parceria, anunciada no último dia 20 de maio, entre o Governo Federal e o bilionário Elon Musk, dono das empresas SpaceX, Starlink e Tesla.	Merlong Solano e Leo de Brito	APROVADO em 01/06/2022, subscrito pela deputada Luiza Erundina, com aditamento para transformar convocação em Convite. Evento realizado em 14/06/2022. Arquivado. (Ver REQs 2, 24 e 27/2022)
REQ 26/2022	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o combate à pirataria de conteúdos audiovisuais.	Milton Coelho	APROVADO em 01/06/2022, subscrito pelos deputados Merlong Solano, Sandro Alex e Gustavo Fruet, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos Srs. Sidney Sanches, presidente do Instituto de Advogados do Brasil; e Ygor Valério, da Motion Picture Association; e de representante do Projeto Remix - Direito Autoral pra Geral. (Ver REQ 29/2022) Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 27/2022	Requer que a realização da Audiência Pública com o Ministro das Comunicações para discutir o planejamento da pasta para o ano de 2022 aprovada por meio do Req. 2/2022 CCTCI seja feita em conjunto com a CREDN, CFFC e CINDRA.	Milton Coelho	APROVADO em 01/06/2022, subscrito pelo deputado Merlong Solano. Evento realizado em 14/06/2022. Arquivado. (Ver REQs 2, 24 e 25/2022)
REQ 28/2022	Requer seja realizada audiência pública, no âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa para discutir “o novo Plano Nacional de Ciência e Tecnologia”.	Nilto Tatto	APROVADO em 08/06/2022, subscrito pelo deputado Merlong Solano, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do Sr. Fábio Guedes, Secretário Executivo da Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento - ICTP.Br. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 29/2022	Requer o aditamento ao requerimento nº 26/2022 - CCTCI, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Sandro Alex	ARQUIVADO em virtude da aprovação do Req 26/2022 com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do Sr. Ygor Valério, da Motion Picture Association; e de representante do Projeto Remix - Direito Autoral pra Geral. (Ver REQ 26/2022)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 30/2022	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação acerca dos desafios da universalização da conectividade nas escolas públicas.	Cezinha de Madureira	APROVADO em 08/06/2022, subscrito pelo deputado Gustavo Fruet. Evento realizado em 04/07/2022. Arquivado.
REQ 31/2022	Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) desta Casa Legislativa, para debater as perdas de recursos na ciência e tecnologia brasileira e possibilidades de recuperação.	Jandira Feghali	APROVADO em 08/06/2022, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representantes da Secretaria de Governo e do Ministério da Economia. Evento realizado em 11/07/2022. Arquivado.
REQ 32/2022	Requer a realização de audiência pública para discutir denúncias de Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, de manipulação do discurso de ódio e da desinformação no Brasil com finalidades políticas.	Natália Bonavides	APROVADO em 29/06/2022, subscrito pela deputada Luiza Erundina. Evento realizado em 05/07/2022 (audiência pública em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, organizadora). Arquivado.
REQ 33/2022	Requer realização de audiência pública neste colegiado para debater as providências que estão sendo tomadas em termos de pesquisas científicas na área de saúde para coibir os avanços da chamada varíola do macaco, transmitida pelo vírus monkeypox.	Milton Coelho	APROVADO em 29/06/2022, subscrito pelo deputado Vitor Lippi. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 34/2022	Requer a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Cultura, Turismo e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater a sobre "O Papel do Poder Legislativo na Modernização das Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Histórico Brasileiro".	Milton Coelho	APROVADO em 06/07/2022, subscrito pelos deputados Márcio Jerry, Vitor Lippi e Angela Amin. Evento realizado em 07/12/2022. Arquivado.
REQ 35/2022	Requer a realização de audiência pública para discutir os erros cometidos no pacote tecnológico do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 30/11/2022, subscrito pelo deputado Merlong Solano. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 36/2022	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o PL 1354/2021, que "altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade	Denis Bezerra	APROVADO em 09/11/2022, subscrito pelo deputado Luis Miranda, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos Senhores:

REQ	Ementa	Autor	Situação
	e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente constituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet”.		Raúl Echeberría, da Associação Latinoamericana de Internet; Cris Camargo, do Interactive Advertising Bureau do Brasil; representante da Câmara Brasileira de Economia Digital (camara-e.net); Marco Antonio Sabino, do Instituto Liberdade Digital; professor Dr. Fabrício Polido, especialista em direitos autorais e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Mariana Valente, do InternetLab. Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 37/2022	Requer a realização de Audiência Pública Conjunta na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e na Comissão de Minas e Energia, a fim de discutir os valores cobrados pelas concessionárias de energia pelo uso da infraestrutura de postes.	Domingos Neto	Arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
REQ 38/2022	Requer a impressão, pela Gráfica da Câmara dos Deputados, do relatório de atividades da Comissão relativo ao ano de 2022.	Milton Coelho	APROVADO em 30/11/2022, subscrito pelo deputado Merlong Solano. Arquivado.

*Situação em 22/12/2022

Pareceres aprovados

Proposição	Ementa	Votação
PDL 110/2019	Do Sr. Rui Falcão - que "susta, nos termos da Constituição Federal, a Portaria-Presidente no 216, da Empresa Brasil de Comunicação, publicada em 09 de abril de 2019, que estabelece que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil - NBR será apresentada em um só canal". (Apensado: PDL 111/2019). RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação deste, e do PDL 111/2019, apensado, com substitutivo. APROVADO O PARECER, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO SANDRO ALEX.	04/05/2022
PL 3441/2021	Do Sr. Daniel Almeida - que "institui o dia 19 de maio como o Dia Nacional do Físico". RELATORA: deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	04/05/2022
PDL 447/2020	Do Sr. André Figueiredo - que "susta os efeitos da Instrução Normativa nº 4, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre os requisitos mínimos de Segurança Cibernética que devem ser adotados no estabelecimento das redes 5G". RELATORA: deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/05/2022
PL 1307/2019	Do Sr. José Medeiros - que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer como circunstância agravante da pena a divulgação de cena do crime". (Apensados: PL 1534/2019, PL 1742/2019 e PL 1735/2020). RELATORA: deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação deste, do PL 1534/2019, do PL 1742/2019, e do PL 1735/2020, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com Subemenda. APROVADO O PARECER COM ALTERAÇÕES.	11/05/2022
PL 1992/2020	Do Sr. Pedro Uczai - que "altera a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que "Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País", e dá outras providências". RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela rejeição. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
PL 3486/2021	Do Sr. Vinicius Gurgel - que "insere o §3º ao Art. 13º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, insere o inciso IX ao §2º e o §4º ao Art. 1º, ambos da Lei nº9.008, de 21 de março de 1995, para dispor sobre transparência	18/05/2022

Proposição	Ementa	Votação
	e combate à corrupção na aplicação dos recursos provenientes do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, e dá outras providências." RELATOR: deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. APROVADO O PARECER COM ALTERAÇÕES.	
PDL 929/2021	Da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 317/2020) - que "aprova o texto do Texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019". RELATORA: deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
PDL 159/2022	Da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 508/2019) - que "aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados Partes do MERCOSUL, em 17 de julho de 2019". RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
PL 4459/2021	Da Sra. Rejane Dias - que "altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir informações sobre a Dislexia e o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) nos censos demográficos". (Apensados: PL 900/2022 e PL 961/2022). RELATOR: deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação deste, do PL 900/2022, e do PL 961/2022, apensados, com substitutivo. APROVADO O PARECER.	06/07/2022
PL 8195/2017	Do Sr. Heuler Cruvinel - que "Cria o Cadastro Nacional para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, mensagens instantâneas e dá outras providências". (Apensado: PL 8230/2017). RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 8230/2017, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, com Substitutivo. APROVADO O PARECER.	09/11/2022
PL 4944/2020	Da Sra. Luisa Canziani - que "Altera a Lei do Bem - Lei nº 11.196, de 2005, para permitir que o excedente do percentual dos dispêndios com pesquisa tecnológica excluído do lucro líquido das empresas possa ser aproveitado em exercícios subsequentes, e dá outras providências". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO. APROVADO O PARECER.	09/11/2022

Proposição	Ementa	Votação
PL 88/2021	Do Sr. Paulo Ramos - que "Dispõe sobre a colocação de instalação subterrânea no âmbito federal". (Apensado: PL 3998/2021). RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3998/2021, apensado, com substitutivo. APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.	09/11/2022
PL 705/2022	Do Sr. Helio Lopes - que "Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança". RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/11/2022
PL 3586/2020	Do Sr. Expedito Netto - que "Dispõe sobre a oferta de serviços de informação destinados ao idoso pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC". RELATOR: deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/11/2022
PL 4144/2021	Do Sr. Paulo Teixeira - que "Dispõe sobre a correção dos valores das bolsas de estudo e auxílios à pesquisa e à pós-graduação". RELATOR: deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/11/2022
PL 9979/2018	Do Sr. Ricardo Izar - que "altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para estabelecer a aplicação dos recursos do fundo no financiamento da previdência social". RELATOR: deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela rejeição. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
PL 2690/2019	Do Sr. Mário Heringer - que "cria o Sistema Brasileiro de Inventário Científico - SBIC, e dá outras providências". RELATOR: deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
PL 2501/2022	Dos Srs. Dr. Zacharias Calil e Flávia Morais - que "altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que "Institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética", para incluir informações sobre diabetes nos censos demográficos". RELATORA: deputada CARLA DICKSON.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 188/2020	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.475, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdigão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Perdigão, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	04/05/2022
TVR 226/2020	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.928, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Associação Comunitária Miriti FM - ACMF (MIRIT) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abaetetuba, Estado do Pará”. RELATOR: deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	04/05/2022
TVR 354/2020	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 815, de 05 de julho de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural dos Amigos e Amigas de Nova Esperança do Piriá - ACANEP, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará”. RELATOR: deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	04/05/2022
TVR 207/2021	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 755, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação-Rádio Princesa do Atlântico FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maracanã, Estado do Pará”. RELATOR: deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	04/05/2022
TVR 289/2021	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 109, de 05 de fevereiro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abaetetuba, Estado do Pará”.	04/05/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 370/2021	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.753, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Cultural de Itabira MG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itabira, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	04/05/2022
TVR 375/2021	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.863, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Itaituba - ARCI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaituba, Estado do Pará”. RELATOR: deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	04/05/2022
TVR 500/2021	Do Poder Executivo - (MSC 467/2021) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.003, de 14 de outubro de 2020, que outorga permissão à Fundação Pedro Tavares Maia para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco”. RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	04/05/2022
TVR 27/2021	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.163, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/05/2022
TVR 386/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.311, de 30 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Bragadense - ACCB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pato Bragado, Estado do Paraná”.	11/05/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 9/2020	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.180, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural de Lençóis Paulista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 73/2020	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.613, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Taiúva, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 94/2020	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 544, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Batatense Cultural - ABC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Batatais, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 191/2020	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.158, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Rádio Transversal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 428/2020	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.619, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação Educativa - ACCE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lambari, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado VITOR LIPPI.	18/05/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 93/2021	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 782, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Dimensão - ARCOD, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 314/2021	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.310, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cajati, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 320/2021	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 410, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Frutal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 367/2021	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.723, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Unidos Para Sempre para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará". RELATOR: deputado NILSON PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 438/2021	Do Poder Executivo - (MSC 379/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.227, de 10 de fevereiro de 2020, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária Campos de Tracueteua - ARCT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tracueteua, Estado do Pará". RELATOR: deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação.	18/05/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 452/2021	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.178, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Comunidade de Restinga-SP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Restinga, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 456/2021	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.734, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Santana FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 494/2021	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.638, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado NILSON PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 495/2021	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.149, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Mensageiros da Paz de Iepê para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iepê, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/05/2022
TVR 13/2020	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 246, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente Renascer Aquidauanense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
TVR 166/2020	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.041, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ubaitaba, Estado da Bahia". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 194/2020	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.589, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural do Município de Jandaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jandaia, Estado de Goiás". RELATOR: deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 302/2020	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 118, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Terra de Getulina a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Getulina, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 345/2020	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.944, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribas do Rio Pardo, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 395/2020	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.037, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti - ACODECAJ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juti, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação.	01/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 424/2020	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.930, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Buíque FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Buíque, Estado de Pernambuco". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 22/2021	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Joanópolis, Estado de São Paulo". RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 120/2021	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 728, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares Minas Gerais para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 159/2021	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.924, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico Amiga de Registro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Registro, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 175/2021	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 903, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão - ACB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: deputado VANDER LOUBET.	01/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 239/2021	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.844, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Tabapuã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tabapuã, Estado de São Paulo". RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 263/2021	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.185, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bocaína, Estado de São Paulo". RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 316/2021	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.316, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 469/2021	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.951, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Oliveirense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Oliveira, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 1/2022	Do Poder Executivo - (MSC 89/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 162, de 10 de fevereiro de 2020, que outorga autorização ao Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de João Pessoa, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado MILTON COELHO.	01/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 4/2022	Do Poder Executivo - (MSC 187/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.764, de 01 de junho de 2018, que renova a permissão outorgada à SBR Comunicações LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Peabiru, Estado do Paraná". RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 6/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.638, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 7/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 729, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Ouricuri-AB0 para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 26/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 132, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação dos Agricultores de Capibaribe Mirim para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Vicente Ferrer, Estado de Pernambuco". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/06/2022
TVR 96/2020	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.020, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Independente Pro - Melhoramento de Nova Fátima a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Hidrolândia, Estado de Goiás".	08/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 113/2020	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.011, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Rádio Comunitária de Juripiranga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juripiranga, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 157/2020	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.367, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Desterro, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Desterro, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 174/2020	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 756, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sousa, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 236/2020	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.559, de 28 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura em Barra de Cima a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Bento, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 262/2020	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.155, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Prata FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Prata, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA.	08/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 320/2020	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.361, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Comunidade Terceiro Milênio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Patos, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 326/2020	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 469, de 05 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada a Race FM - Rádio Comunitária educadora FM, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 332/2020	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 97, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Rádio Comunitária de Pocinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pocinhos, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 394/2020	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.015, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária São José a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juazeirinho, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 420/2020	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.110, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Serra Redonda, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação.	08/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 436/2020	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.581, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Imprensa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monteiro, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 8/2021	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 608, de 07 de agosto de 2014, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural, Artístico, Educativo e Econômico de Brejo dos Santos - ASCOBRE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brejo dos Santos, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 32/2021	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 116, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Fundação José Leite de Oliveira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 40/2021	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 689, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Teixeira, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 151/2021	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.093, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação dos Amigos do Portal do Alvorada - Salgado de São Félix - PB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação.	08/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 180/2021	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.884, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Rádio Comunitária Paixão FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pardinho, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 181/2021	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.971, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arara, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 249/2021	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.966, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Rádio Difusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 257/2021	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.738, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 264/2021	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.928, de 04 de janeiro de 2017, que renova a autorização outorgada à Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alhandra, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA.	08/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 285/2021	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.721, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Picuí, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 299/2021	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 233, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Cruz das Armas FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de João Pessoa, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 302/2021	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.877, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Unidos Para Comunicação de Pinheiros para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pinheiros, Estado do Espírito Santo". RELATOR: deputado PAULO FOLETTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 362/2021	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.293, de 30 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarabira, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 391/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.750, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Fundação Rimidia Gayoso de Sousa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Teresinha, Estado da Paraíba". RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação.	08/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 453/2021	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.180, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Educadora de Radiodifusão de Morro Agudo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Morro Agudo, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 2/2022	Do Poder Executivo - (MSC 185/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4195/2019, de 21 de agosto de 2019, que outorga autorização à Associação de Radiofusão Comunitária do Parque Piauí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Teresina, Estado do Piauí". RELATOR: deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 13/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.465, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro". RELATORA: deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 17/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.948, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Radiodifusão da Cidade de Três Corações para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Corações, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 20/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.034, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Apoio ao Cidadão Carente - A.A.C.C. para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado NILTO TATTO.	08/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 23/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.887, de 02 de agosto de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Betel FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina". RELATORA: deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 25/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.150, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 27/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 133, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná". RELATOR: deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	08/06/2022
TVR 2/2020	Do Poder Executivo - (MSC 97/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.316, de 02 de maio de 2018, que autoriza a Associação Comunitária A Voz de Cajueiro (rádio Cidade) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
TVR 56/2020	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 857, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tijucas, Estado de Santa Catarina".	29/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 323/2020	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.183, de 28 de setembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Celso Ramos, Estado de Santa Catarina". RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
TVR 393/2020	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.014, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Rádio FM Cláudia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cláudia, Estado do Mato Grosso". RELATOR: deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
TVR 17/2021	Do Poder Executivo - (MSC 148/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.461, de 03 de abril de 2020, que autoriza a Associação de Radiodifusão Nova Trento a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina". RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
TVR 283/2021	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.718, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Votorantim, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
TVR 395/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.763, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goioerê, Estado do Paraná".	29/06/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 476/2021	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 121, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidadã "Nossa Senhora Aparecida" - Teodoro Sampaio-SP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
TVR 8/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.027, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Saudade do Iguazu, Estado do Paraná". RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
TVR 19/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.500, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mamborê para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mamborê, Estado do Paraná". RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/06/2022
TVR 26/2020	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.900, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária Amigos de Treze Tílias a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina". RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	06/07/2022
TVR 203/2020	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.182, de 28 de setembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação	06/07/2022

Proposição	Ementa	Votação
	<p>Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina".</p> <p>RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.</p>	
TVR 418/2020	<p>Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 587, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Voz Serrana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina".</p> <p>RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.</p>	06/07/2022
TVR 220/2021	<p>Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.724, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Ação Social São Francisco de Assis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palhoça, Estado de Santa Catarina".</p> <p>RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.</p>	06/07/2022
TVR 285/2020	<p>Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.748, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Educacional Cultural de São Gabriel da Palha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo".</p> <p>RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.</p>	09/11/2022
TVR 391/2020	<p>Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.848, de 16 de janeiro de 2018, que que renova autorização outorgada a Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Americana, Estado de São Paulo".</p> <p>RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.</p>	09/11/2022

Proposição	Ementa	Votação
TVR 74/2021	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.051, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à ACCCI - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Igarapé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Igarapé, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	09/11/2022
TVR 102/2021	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.839, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Urutaí, Estado de Goiás". RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	09/11/2022
TVR 278/2021	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.707, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Ponte Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina". RELATOR: deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	09/11/2022
TVR 15/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.887, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Amparo Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Álvares Machado, Estado de São Paulo". RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	09/11/2022
TVR 31/2022	Do Poder Executivo - (MSC 271/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 387, de 25 de agosto de 2020, retificada pela Portaria nº 2.791, de 8 de junho de 2021, que outorga permissão às Organizações SO de Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina". RELATOR: deputado SANDRO ALEX. PARECER: pela aprovação.	09/11/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 35/2022	Do Poder Executivo - (MSC 374/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.069, de 03 de dezembro de 2018, que renova a permissão outorgada à Organização Emissoras Integradas de Radiodifusão - Rádio Melodia Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro". RELATORA: deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	09/11/2022
TVR 389/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.720, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Soledadense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/11/2022
TVR 32/2022	Do Poder Executivo - (MSC 282/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.301, de 20 de janeiro de 2022, que renova a permissão outorgada à Fundação L'Hermitage para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Silvânia, Estado de Goiás". RELATOR: deputado DAVID SOARES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/11/2022
TVR 37/2022	Do Poder Executivo - (MSC 430/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 11.112, de 29 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 2022 que renova a concessão outorgada à Televisão Pioneira Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Teresina, Estado do Piauí". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/11/2022
TVR 42/2022	Do Poder Executivo - (MSC 521/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.493, de 13 de setembro de 2021, que renova autorização à Associação Comunitária e Cultural de Guaraciama a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaraciama, Estado de Minas Gerais".	23/11/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 43/2022	Do Poder Executivo - (MSC 542/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.091, de 03 de novembro de 2020, que renova autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marapoama, Estado de São Paulo". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/11/2022
TVR 45/2022	Do Poder Executivo - (MSC 542/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.098, de 03 de novembro de 2020, que renova autorização à Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Grajaú a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Grajaú, Estado do Maranhão". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/11/2022
TVR 46/2022	Do Poder Executivo - (MSC 542/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.177, de 30 de julho de 2021, que renova autorização à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Simão Dias, Estado de Sergipe". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/11/2022
TVR 49/2022	Do Poder Executivo - (MSC 542/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.253, de 10 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Lagartense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagarto, Estado de Sergipe". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/11/2022
TVR 52/2022	Do Poder Executivo - (MSC 542/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.400, de 24 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapetinga, Estado da Bahia".	23/11/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 254/2020	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.139, de 30 de setembro de 2019, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ipecaetá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipecaetá, Estado da Bahia". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/11/2022
TVR 361/2020	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.949, de 30 de julho de 2015, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de julho de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo". RELATOR: deputado PAULO FOLETTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/11/2022
TVR 33/2022	Do Poder Executivo - (MSC 286/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.141, de 03 de novembro de 2020, que autoriza a Associação Cultural Salto Magessi - ACSM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso". RELATOR: deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/11/2022
TVR 39/2022	Do Poder Executivo - (MSC 480/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.981, de 24 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Rural Jaguareense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaguaré, Estado do Espírito Santo". RELATOR: deputado PAULO FOLETTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/11/2022
TVR 40/2022	Do Poder Executivo - (MSC 521/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.272, de 10 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense (ACRAPE) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Firme, Estado de Minas Gerais".	30/11/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 51/2022	Do Poder Executivo - (MSC 542/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.397, de 24 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação Princesa de Rádio Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juruena, Estado do Mato Grosso". RELATOR: deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/11/2022
TVR 32/2020	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.163, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jati, Estado do Ceará". RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 60/2020	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.022, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Missão Velha, Estado do Ceará". RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 70/2020	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.888, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Assistencial da Chapada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Utinga, Estado da Bahia". RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 79/2020	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.169, de 02 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macaúbas, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 111/2020	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.734, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paulistas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 135/2020	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.036, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jardim, Estado do Ceará". RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 144/2020	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.903, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Sociedade Carnavalesca 25 Horas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 159/2020	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.690, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Araçuaí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Araçuaí, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 215/2020	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.635, de 29 de junho de 2015, que autoriza a Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cassino - ABC IX a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 244/2020	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.404, de 16 de maio de 2018, que autoriza a Associação Líder de Ação Social (ALAS) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Feira de Santana, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 329/2020	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 69, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Nova Palma, a executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Palma, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 353/2020	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.166, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Olinda, Estado do Ceará". RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 409/2020	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 176, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio Comunitária Madre FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Madre de Deus, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 410/2020	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 522, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Radiodifusão de Poço Fundo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Poço Fundo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
TVR 431/2020	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.278, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido Sales a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cândido Sales, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 18/2021	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 466, de 18 de março de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farroupilha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 81/2021	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.610, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná". RELATOR: deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 139/2021	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 899, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Rosário FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Moema, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 158/2021	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.913, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Mãe Rainha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Independência, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
TVR 160/2021	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.940, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Recreativa dos Bairros Urbis, Planalto e Santo Antônio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Catu, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 193/2021	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.258, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Solonópole, Estado do Ceará". RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 223/2021	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.872, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Amaro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santo Amaro do Maranhão, Estado do Maranhão". RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 276/2021	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.642, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Guarita, Estado do Mato Grosso". RELATOR: deputado CAPITÃO FÁBIO ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 295/2021	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.602, de 08 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
TVR 303/2021	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.879, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 306/2021	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.138, de 30 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 328/2021	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.083, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Pró Desenvolvimento de Cerro Branco para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cerro Branco, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 329/2021	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.087, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 350/2021	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.004, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Apuiarés, Estado do Ceará". RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 378/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.992, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rochedo, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 390/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.749, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná". RELATOR: deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 394/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.762, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Matinhos, Estado do Paraná". RELATOR: deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 397/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.873, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Toritama, Estado de Pernambuco". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 406/2021	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.177, de 04 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Imperatriz, Estado do Maranhão". RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 418/2021	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.917, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sambeneditense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Benedito, Estado do Ceará". RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 426/2021	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 801, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maracás, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 427/2021	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.504, de 17 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Itagibá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itagibá, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 454/2021	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.207, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 470/2021	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.962, de 12 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Nova Era de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
	APROVADO O PARECER.	
TVR 473/2021	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.684, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 477/2021	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 122, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar - ASSRISL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagamar, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 485/2021	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.829, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pedreiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedreiras, Estado do Maranhão". RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 503/2021	Do Poder Executivo - (MSC 551/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.255, de 15 de março de 2018, que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 5/2022	Do Poder Executivo - (MSC 187/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.142, de 13 de junho de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio Meridional da Bahia Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itabuna, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 22/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.260, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Quinze de Agosto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 28/2022	Do Poder Executivo - (MSC 188/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 134, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 29/2022	Do Poder Executivo - (MSC 203/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.006, de 12 de fevereiro de 2020, que outorga autorização à Associação Semeando Para o Futuro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belmonte, Estado da Bahia". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 30/2022	Do Poder Executivo - (MSC 248/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.510, de 06 de abril de 2020, que outorga autorização a Associação Comunitária Imprensa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aracaju, Estado de Sergipe". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 34/2022	Do Poder Executivo - (MSC 294/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 171, de 12 de abril de 2017, que outorga permissão à Faculdade Atenas (Centro Educacional Hyarte-ml Ltda) para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais".	14/12/2022

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 36/2022	Do Poder Executivo - (MSC 375/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 408, de 10 de fevereiro de 2020, que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Guidoal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guidoal, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 38/2022	Do Poder Executivo - (MSC 441/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.356, de 21 de dezembro de 2021, que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Ipuiúna, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado IGOR TIMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022
TVR 41/2022	Do Poder Executivo - (MSC 521/2022) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.398, de 24 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ouro Fino a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/12/2022

*Situação em 22/12/2022

Emendas orçamentárias aprovadas

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Tipo	Programa/Ação	Descrição	Aprovação
INCLUSÃO	2204/00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Acréscimo: 76.000 BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS	22/06/2022
INCLUSÃO	2205/20V8	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital. Acréscimo: 45.000 INICIATIVAS APOIADAS	22/06/2022
INCLUSÃO	2208/20V6	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo. Acréscimo: 600 INICIATIVAS APOIADAS	22/06/2022
TEXTO		Inclua-se no texto, depois do Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24 : “Art. X. Na lei orçamentária de 2023, o montante anual das operações com recursos reembolsáveis não poderá ultrapassar 15% (quinze por cento) das dotações consignadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.”	22/06/2022
TEXTO		Inclua-se no texto, depois do Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24 : “Art. X. Na lei orçamentária de 2023, o montante anual das operações com recursos reembolsáveis não poderá ultrapassar 15% (quinze por cento) das dotações consignadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.”	22/06/2022
TEXTO		Inclua-se no Anexo III, seção I, Inciso LXVIII, o seguinte inciso: “Despesas com as ações vinculadas à função Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.	22/06/2022
TEXTO		Inclua-se no Corpo da Lei, Cap VIII, Art 129, onde couber: “Art. No mínimo 30% (trinta por cento) do valor destinado a programas e projetos de interesse nacional (PPI) nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários, conforme previsto no art. 11, § 1º, inciso IV, da Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática) deverão ser aplicados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste”.	22/06/2022

Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA

Tipo	Programa/Ação	Descrição	Aprovação
APROPRIAÇÃO	2204/00LV	Formação, capacitação e fixação de recursos humanos para o desenvolvimento científico - Nacional. R\$800.000.000,00	09/11/2022
APROPRIAÇÃO	2208 /20V6	Fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação, a tecnologias digitais e ao processo produtivo - Nacional. R\$1.600.000.000,00	09/11/2022
APROPRIAÇÃO	2205/20V8	Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital - Nacional. R\$ 400.000.000,00	09/11/2022
APROPRIAÇÃO	2204/20US	Fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico - Nacional. R\$800.000.000,00	09/11/2022

Prontos para a pauta

Proposição	Ementa
PL 3894/2000	<p>Do Sr. Pompeo de Mattos - que “Disciplina a publicidade e propaganda dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciário, e entidades da administração indireta”. (Apensados: PL 4327/2001; PL 1330/2003; PL 6106/2005; PL 7206/2006; PL 2143/2015; PL 7587/2006; PL 5155/2009; PL 5329/2013; PL 5215/2016; PL 2895/2015; PL 3270/2019; PL 3839/2019; PL 665/2007; PL 4772/2009; PL 10443/2018; PL 7365/2010; PL 1742/2011; PL 2426/2011; PL 3850/2012; PL 1467/2019; PL 3934/2012; PL 4167/2012; PL 4170/2012; PL 4866/2012; PL 5076/2013; PL 6202/2013; PL 4579/2016; PL 1184/2019; PL 1100/2019; PL 2867/2019; PL 5331/2019; PL 6530/2013; PL 6939/2013; PL 480/2019; PL 4892/2019; PL 7326/2014; PL 7610/2014; PL 1086/2015; PL 1908/2015; PL 3669/2015; PL 3489/2019; PL 4066/2015; PL 6624/2016; PL 6821/2017; PL 7565/2017; PL 9760/2018; PL 985/2019; PL 3575/2019; PL 6168/2019; PL 857/2020; PL 2561/2020; PL 2904/2020; PL 3172/2020; PL 3221/2020; PL 4027/2020).</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES.</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 4327/2001, do PL 1330/2003, do PL 6106/2005, do PL 7206/2006, do PL 665/2007, do PL 4772/2009, do PL 7365/2010, do PL 1742/2011, do PL 2426/2011, do PL 3850/2012, do PL 3934/2012, do PL 4167/2012, do PL 4170/2012, do PL 6530/2013, do PL 6939/2013, do PL 7610/2014, do PL 1086/2015, do PL 3669/2015, do PL 4066/2015, do PL 7565/2017, do PL 985/2019, do PL 3575/2019, do PL 7587/2006, do PL 2143/2015, do PL 5155/2009, do PL 3270/2019, do PL 5329/2013, do PL 5215/2016, do PL 2561/2020, do PL 1467/2019, do PL 4866/2012, do PL 5076/2013, do PL 6202/2013, do PL 4579/2016, do PL 1100/2019, do PL 1184/2019, do PL 2867/2019, do PL 5331/2019, do PL 3172/2020, do PL 480/2019, do PL 4892/2019, do PL 3489/2019, do PL 6624/2016, do PL 6821/2017, e do PL 3839/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 7326/2014, do PL 1908/2015, do PL 9760/2018, do PL 3221/2020, do PL 2904/2020, do PL 2895/2015, do PL 10443/2018, do PL 6168/2019, do PL 857/2020, e do PL 4027/2020, apensados.</p>
PL 755/2015	<p>Do Sr. Betinho Gomes - que “Acrescenta dispositivos ao artigo 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a distribuição dos recursos oriundos da comercialização dos direitos de transmissão de imagem de eventos esportivos”. (Apensado: PL 982/2015).</p> <p>RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e do PL 982/2015, apensado, com substitutivo.</p>
PL 2021/2015	<p>Do Sr. Chico Alencar e outros - que “Condiciona a realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial”. (Apensado: PL 4634/2016).</p> <p>RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4634/2016, apensado, com substitutivo.</p>
PL 2514/2015	<p>Do Senado Federal - CPI - Pedofilia - que “Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente, e dá outras providências”. (Apensado: PL 7873/2017).</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES.</p>

Proposição	Ementa
	PARECER: pela aprovação deste, e do PL 7873/2017, apensado, com substitutivo.
PL 4952/2016	Do Sr. Aureo - que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a veiculação obrigatória, em emissoras de rádio e televisão, de campanha de saúde pública em caso de epidemia”. RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.
PL 7665/2017	Do Sr. Aureo - que “Institui, no âmbito da União, o Cadastro Nacional de Restrição das Ligações de Telemarketing (CadTele)”. RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda.
PL 11252/2018	Do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que “Aborda sobre a responsabilidade penal dos provedores de acesso à rede mundial de computadores - Internet e dos provedores de conteúdo ou informações”. RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
PL 2866/2019	Do Sr. Fábio Faria - que “Dispõe percentuais mínimos de informações que serão obtidas pela internet na realização do Censo Demográfico pelo IBGE”. RELATOR: deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação.
PL 4349/2019	Da Sra. Dra. Soraya Manato - que “Estabelece a obrigatoriedade de aviso de saúde que especifica em fotos de modelos que forem manipuladas digitalmente”. (Apensados: PL 2635/2021; PL 2762/2021; PL 2790/2021) RELATOR: deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2635/2021, do PL 2762/2021, e do PL 2790/2021, apensados, com substitutivo.
PL 5827/2019	Do Sr. Sanderson - que “Altera a Lei nº 8.958, de 1994, para permitir a utilização dos recursos captados por instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica nas finalidades que especifica”. RELATORA: deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
PL 6446/2019	Do Sr. Bibó Nunes - que “Dispõe sobre a oferta, por fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) e outros sistemas similares de navegação global por satélite, de recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de ocorrência de crimes”. RELATOR: deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação.
PL 13/2020	Do Sr. Capitão Alberto Neto - que “Altera a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, para ampliar o crédito financeiro concedido no caso de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação relativos a bens

Proposição	Ementa
	classificados nas posições 8471.30.1, 8471.4, 8471.50.10 e 8473.30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), independentemente de serem decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação.
PDL 403/2020	Do Sr. Paulo Teixeira - que "Susta os efeitos do Acórdão do Conselho Diretor da Anatel nº 472, de 10 de setembro de 2020, que reconhece que "as Ofertas de Conteúdo Audiovisual Programado via Internet por meio de Subscrição (sVOD) não se enquadram como Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)". RELATOR: deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação.
PL 1592/2020	Do Senado Federal - que "Dispõe sobre a obrigação de advertência dos riscos relacionados ao uso excessivo de telefones portáteis tipo smartphone". RELATOR: deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação, com emenda.
PL 1891/2020	Do Sr. Charlles Evangelista - que "Prorroga o prazo para renovação de Certificados Digitais durante pandemia ou estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal". RELATOR: deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela rejeição.
PL 2163/2020	Do Sr. David Miranda e outros - que "Modifica a Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar aos meios de comunicação a divulgação do serviço "ligue 188", destinado ao atendimento gratuito e sigiloso de pessoas em sofrimento psíquico, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação deste, das Emendas de nºs 1/21 e 2/21 apresentadas ao Substitutivo, com Substitutivo.
PL 4060/2020	Do Sr. Paulo Marinho Jr - que "Institui o Programa Nacional de Apoio à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Sistema Único de Saúde (PRONPEC)". RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 230/2022, apensado, com substitutivo.
PL 4308/2020	Do Sr. Aroldo Martins - que "Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para proporcionar tarifas reduzidas para o envio de objetos postais às pessoas presas custodiadas em qualquer parte do território nacional". RELATORA: deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação.
PL 4340/2020	Do Sr. Giovani Cherini - que "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 (Lei Murad), para restringir a publicidade de medicamentos nos meios de comunicação social". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA.

Proposição	Ementa
	PARECER: pela aprovação.
PL 5261/2020	Do Sr. Carlos Chiodini - que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre os jogos eletrônicos destinados a crianças e adolescentes". RELATOR: deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação, com emenda.
PL 5318/2020	Da Sra. Edna Henrique - que "Dispõe sobre a criação de aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergências". RELATOR: deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
PLP 213/2021	Do Sr. Capitão Alberto Neto - que "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, para esclarecer sobre a sua não incidência nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação executadas mediante convênio com Instituições científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), bem como com instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo poder público". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação, com emenda.
PDL 380/2021	Da CREDN - que "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Brasília, em 27 de abril de 2017". RELATORA: deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação.
PL 1461/2021	Do Sr. Leonardo Gadelha - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre o direito ao restabelecimento de serviço de telecomunicações suspenso". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
PL 1561/2021	Do Sr. Mário Heringer - que "Altera o art. 15 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para dispor sobre o pagamento direto aos veículos de divulgação de conteúdo publicitário que prestam serviço a agência de publicidade contratada pelo Poder Público por meio de processo licitatório, e dá outras providências". RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JR. PARECER: pela aprovação, com emenda.
PL 1708/2021	Da CLP - que "Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e Supremo Tribunal Federal no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre". RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

Proposição	Ementa
PL 1799/2021	Do Sr. Tito - que "Altera a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para incentivar a afixação, em vias e locais públicos, de QR Codes para acesso à prestação digital dos serviços públicos". RELATOR: deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação.
PL 2134/2021	Do Sr. Alceu Moreira - que "Dispõe sobre transparência, eficiência e neutralidade concorrencial relativas à disponibilização e contratação de espaço virtual para exposição de anúncios na internet e dá outras providências". RELATOR: deputado PAULO GANIME. PARECER: pela rejeição.
PL 2520/2021	Do Sr. Nilto Tatto - que "Autoriza o Poder Executivo a remanejar emendas de relator à lei orçamentária de 2021 para financiar ações de educação superior e ciência e tecnologia e inovação". RELATOR: deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação, com emendas.
PL 69/2022	Do Sr. Denis Bezerra - que "Dispõe sobre a garantia de acesso do cidadão aos espaços de divulgação de informações e opiniões de agente público nas redes sociais". RELATOR: deputado PAULO FOLETTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
PL 272/2022	Do Sr. Roberto de Lucena - que "Cria a Política Nacional de Incentivo à Implantação de Parques Tecnológicos Agregando Centros de Escalonamento Tecnológico (CET)". RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação.
PL 397/2022	Do Sr. Marcelo Ramos - que "Estabelece a obrigatoriedade de que pessoas jurídicas, ainda que sediadas no exterior, que atuem no País, com prestação de serviços digitais e alcance igual ou superior a 5.000.000 (cinco milhões) de usuários, disponham de representante legal no País, e dá outras providências". (Apensado: PL 630/2022). RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 630/2022, apensado, e da Emenda 1 da CCTCI, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 2 da CCTCI.
PL 1376/2022	Do Sr. Pedro Paulo - que "Determina que as dublagens e legendagens para a língua portuguesa de obras audiovisuais produzidas originalmente em idioma estrangeiro que forem ofertadas comercialmente no Brasil em quaisquer plataformas de exibição sejam realizadas por empresas sediadas no Brasil e por profissionais com residência no Brasil". RELATOR: deputado DAVID SOARES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
TVR 220/2020	Do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 886, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Educativo

Proposição	Ementa
	<p>de Belém do Brejo do Cruz - ARCBELÉM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belém do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação.</p>
TVR 369/2021	<p>Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.748, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Para O Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mamanguape, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação.</p>
TVR 16/2022	<p>Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.923, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Engenheiro Arcoverde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Condado, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação.</p>
TVR 44/2022	<p>Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.092, de 03 de novembro de 2020, que renova autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Livramento, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação.</p>

*Situação em 22/12/2022

Aguardando parecer do relator

Proposição	Ementa
PL 4026/2004	Do Sr. Claudio Magrão - que “Dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, e dá outras providências”. (Apensado: PL 6667/2009). RELATOR: deputado DOMINGOS NETO.
PL 490/2011	Do Senado Federal - Roberto Cavalcanti - que “Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que “institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências”, para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária”. (Apensados: PL 4186/1998; PL 1513/1999; PL 2949/2000; PL 2519/2011; PL 6437/2013; PL 5049/2019; PL 4225/1998; PL 6851/2002; PL 4156/2001; PL 4165/2001; PL 8162/2014; PL 5669/2001; PL 6464/2002; PL 1550/2003; PL 1665/2003; PL 7046/2006; PL 1594/2003; PL 1632/2015; PL 2790/2015; PL 8386/2017; PL 2105/2003; PL 2189/2003; PL 2535/2011; PL 5189/2013; PL 8177/2017; PL 7542/2006; PL 7284/2017; PL 2480/2007; PL 3790/2008; PL 4799/2009; PL 1523/2011; PL 7397/2014; PL 7398/2014; PL 5706/2019; PL 7584/2014; PL 8249/2017; PL 2740/2019; PL 1944/2011; PL 7729/2014; PL 1230/2015; PL 4822/2020; PL 1959/2021; PL 2269/2021; PL 2927/2021; PL 3686/2021; PL 3022/2022). RELATOR: deputado SILAS CÂMARA.
PL 5533/2013	Do Sr. Silas Câmara - que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para permitir que as entidades autorizadas a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV - possam realizar inserções locais de programação e publicidade, na forma que especifica”. RELATORA: deputada ANGELA AMIN.
PL 12/2015	Do Sr. Lucas Vergílio - que “Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências”. (Apensados: PL 4612/2019; PL 4901/2019). RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.
PL 2390/2015	Do Sr. Pastor Franklin - que “Altera a Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, criando o Cadastro Nacional de Acesso à Internet, com a finalidade de proibir o acesso de crianças e adolescentes a sítios eletrônicos com conteúdo inadequado”. (Apensados: PL 3597/2015; PL 2617/2020; PL 5016/2016; PL 6449/2016; PL 5191/2019; PL 7689/2017; PL 5096/2016; PL 8461/2017; PL 5211/2019; PL 3993/2020; PL 2557/2022). RELATOR: deputado JEFFERSON CAMPOS.
PL 5130/2016	Do Sr. João Arruda - que “Acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2.014”. (Apensados: PL 5172/2016; PL 5176/2016; PL 5204/2016; PL 5318/2016; PL 5529/2016; PL 5530/2016; PL 6061/2016; PL 6236/2016; PL 1061/2019). Explicação da Ementa: propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção. RELATOR: deputado VINICIUS POIT.

Proposição	Ementa
PL 6191/2016	Da Sra. Erika Kokay - que “Dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual”. (Apensados: PL 2558/2019, PL 354/2021; PL 45/2022). RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.
PL 7488/2017	Do Sr. Eduardo Bolsonaro - que “Altera a Lei nº 6.538 de 1978, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para extinguir o monopólio dessas atividades”. (Apensado: PL 4110/2019). RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ.
PL 8814/2017	Do Senado Federal - Paulo Bauer - que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações”, para estabelecer o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso”. (Apensados: PL 377/2007; PL 5351/2009; PL 504/2020; PL 2973/2008; PL 5518/2009; PL 5520/2009; PL 5886/2009; PL 2135/2011; PL 3401/2019; PL 3217/2012; PL 3834/2019; PL 4364/2019; PL 667/2015; PL 2087/2015; PL 1651/2015; PL 4733/2016; PL 6955/2017; PL 5951/2016; PL 6571/2016; PL 6579/2016; PL 9415/2017; PL 749/2019; PL 3027/2020; PL 200/2021; PL 1169/2022; PL 1467/2022; PL 1936/2022). RELATOR: deputado ROBERTO ALVES.
PL 8979/2017	Da Sra. Shéridan - que “Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estendendo a vedação de que trata o art. 38 aos parentes de primeiro grau de quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro privilegiado”. (Apensado: PL 4776/2020). RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA.
PL 9039/2017	Do Sr. Pompeo de Mattos - que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para priorizar a cobertura de telefonia móvel nas áreas rurais”. RELATOR: deputado AFONSO MOTTA.
PL 9049/2017	Do Sr. Capitão Augusto - que “Acrescenta parágrafo ao art. 36 da Lei nº 12.529, de 2011, para estabelecer como infração à ordem econômica a concentração decorrente de monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social”. RELATOR: deputado PEDRO VILELA.
PL 10378/2018	Do Sr. Hildo Rocha - que “Altera a Lei nº 13.649, de 2018, para permitir a retransmissão de serviços de radiodifusão sonora entre municípios de um mesmo Estado da Amazônia Legal”. (Apensados: PL 10404/2018; PL 4435/2019). RELATOR: deputado ALCEU MOREIRA.
PL 10414/2018	Da Sra. Rejane Dias - que “Autoriza a criação do Programa de Intercâmbio para o Ensino Médio - PIEM, e dá outras providências”. (Apensado: PL 1132/2022). RELATOR: deputado HÉLIO LEITE.
PL 10637/2018	Do Senado Federal - Hélio José - que “Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para aumentar o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA.

Proposição	Ementa
PL 10762/2018	Do Sr. Odorico Monteiro e outros - que “Dispõe sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) para a promoção social e aprendizagem de trabalhadores da categoria econômica, em âmbito nacional”. RELATOR: deputado DENIS BEZERRA.
PL 10919/2018	Do Sr. Célio Silveira - que “Acrescenta parágrafo ao art. 36, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para obrigar a identificação publicitária na exibição e na divulgação patrocinadas de produtos e serviços, independentemente da forma ou meio de veiculação”. RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA.
PL 11261/2018	Do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que “Dispõe a respeito de conteúdos relacionados a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nas programações veiculadas pela EBC - Empresa Brasil de Comunicação”. RELATOR: deputado JEFFERSON CAMPOS.
PDL 666/2019	Do Sr. Glauber Braga e outros - que “Susta os efeitos do Decreto nº 10.066, de 15 de outubro de 2019, que dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República”. (Apensado: PDL 425/2020). RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.
PL 760/2019	Do Sr. Bacelar - que “Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências”. RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.
PL 1368/2019	Do Sr. Leonardo Monteiro - que “Institui o Fundo de Universalização dos Serviços Postais - FUSP”. RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.
PL 1585/2019	Do Sr. Dr. Jaziel - que “Altera o Decreto Lei 2.848 de 20 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências”. (Apensados: PL 1797/2019; PL 2285/2019; PL 2463/2019). RELATOR: deputado VINICIUS POIT.
PL 1721/2019	Do Sr. Charles Fernandes - que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”, para estabelecer a obrigatoriedade de oferta de serviços de telefonia móvel e de internet móvel ao longo de rodovias federais”. (Apensados: PL 2172/2019; PL 5664/2019; PL 2543/2022; PL 6449/2019; PL 263/2021; PL 2066/2021; PL 3948/2021). RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO.
PL 2370/2019	Da Sra. Jandira Feghali - que “Altera os arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 15,16, 17, 19, 20, 24, 25, 28, 29, 30, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 68, 77, 78, 79, 81, 86, 90, 95, 96, 97, 100-B, 101, 102, 103, 107, 108 e 109 e acrescenta os arts. 30-A, 52-A, 52-B, 52-C, 52-D, 52-E, 61-A, 67-A, 85-A, 88-A, 88-B, 88-C, 99-C, 99-D, 110-A, 110-B, 110-C, 110-D,

Proposição	Ementa
	110-E, 110-F, 110-G, 110-H, 110-I, 110-J, 110-K, 110-L, 111-A, 111-B, 113-A e 113-B na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais”. RELATOR: deputado SANDRO ALEX.
PL 3611/2019	Do Sr. Célio Silveira - que “Dispõe sobre as pesquisas clínicas/biomédicas com seres humanos; questões de gênero na ciência e na medicina, buscando a paridade nas coletas das amostras, de forma mais igualitária possível e dá outras providências”. RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA.
PL 3867/2019	Do Sr. Enéias Reis - que “Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para qualificar o Serviço de Radiodifusão Comunitária como Organização da Sociedade de Interesse Público - OSCIP”. RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA.
PL 4145/2019	Do Senado Federal - Wellington Fagundes - que “Altera a Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018, para permitir a retransmissão de serviços de radiodifusão sonora entre Municípios de um mesmo Estado da Amazônia Legal”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA.
PL 4300/2019	Do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que “Altera a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, para dispor sobre aplicação mínima de recursos do Funttel em capacitação de recursos humanos”. RELATOR: deputado VITOR LIPPI.
PL 4828/2019	Da Sra. Carmen Zanotto - que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas fabricantes de aparelhos celulares introduzirem aplicativo permanente nos aparelhos celulares que saem de fábrica e nos antigos para acionar a polícia em caso de violência contra a mulher”. (Apensados: PL 3314/2020; PL 2508/2021). RELATOR: deputado IGOR TIMO.
PL 5497/2019	Do Sr. Marcelo Calero - que “Altera a Medida Provisória nº 2.228- 1, de 6 de setembro de 2001, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 2031”. (Apensados: PL 5597/2019; 5757/2019; 5092/2020; PL 695/2022). RELATORA: deputada PAULA BELMONTE.
PLP 1/2020	Do Sr. Capitão Alberto Neto - que “Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para excluir do mecanismo de limitação de empenho as despesas que especifica”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET.
PLP 218/2020	Do Sr. Danilo Forte - que “ Institui a Contribuição Social sobre Serviços Digitais incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (CSSD), destinada ao financiamento de programas de renda básica”. (Apensado: PLP 241/2020). RELATOR: deputado PEDRO VILELA.

Proposição	Ementa
PDL 236/2020	Do Sr. André Figueiredo - que “Susta os efeitos do Decreto nº 10.354, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a sobre a qualificação da Empresa Brasil de Comunicação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República”. (Apensado: PDL 239/2020). RELATOR: deputado CLEBER VERDE.
PDL 347/2020	Do Sr. Pompeo de Mattos - que “Susta os efeitos do Decreto nº 10.065, de 14 de outubro de 2019, que "Dispõe sobre a qualificação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República". RELATOR: deputado AFONSO MOTTA.
PDL 552/2020	Do Sr. André Figueiredo - que “Susta o Decreto nº 10.578, de 15 de dezembro de 2020, que "Dispõe sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica". (Apensados: PDL 553/2020; PDL 556/2020; PDL 557/2020; PDL 563/2020). RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA.
PL 619/2020	Do Sr. Damião Feliciano e outros - que “Estabelece a gratuidade de acesso aos conteúdos digitais produzidos pelos poderes públicos, em todas as esferas de governo”. (Apensados: PL 1952/2021, PL 3997/2020, PL 2037/2021, PL 4152/2020). RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA.
PL 923/2020	Do Sr. Assis Carvalho - que “Dispõe sobre a criação do Fundo Emergencial de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19), enquanto perdurar a situação de calamidade pública”. (Apensados: PL 941/2020, PL 3257/2021, PL 996/2020, PL 2878/2020). RELATOR: deputado AMARO NETO.
PL 1697/2020	Da Sra. Edna Henrique - que “Disciplina a recolocação de produtos eletrônicos no mercado de consumo”. RELATOR: deputado DENIS BEZERRA.
PL 2312/2020	Da Sra. Paula Belmonte - que “Estabelece a obrigatoriedade de exibição da Bandeira Nacional Brasileira, atendidas as normas de forma e apresentação dos Símbolos Nacionais, em filmes, programas de televisão, séries, telenovelas e outros conteúdos audiovisuais cuja produção tenha sido financiada ou patrocinada com o uso de recursos públicos ou oriundos de empresas estatais”. RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.
PL 2358/2020	Do Sr. João Maia - que “Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (CIDE-Digital)”. (Apensado: PL 640/2021). RELATOR: deputado PEDRO VILELA.
PL 2378/2020	Da Sra. Shéridan - que “Define garantias para o pleno exercício da liberdade de imprensa e tipifica, como crime de abuso de autoridade, condutas que impeçam ou dificultem o livre exercício do jornalismo”.

Proposição	Ementa
	RELATOR: deputado MERLONG SOLANO.
PL 2771/2020	Da Sra. Benedita da Silva - que “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para transformá-lo no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e de Radiodifusão Comunitária”. RELATORA: deputada PERPÉTUA ALMEIDA
PL 2969/2020	Do Sr. Nilto Tatto - que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir as operadoras de telecomunicações de vender dados de deslocamento de seus usuários, mesmo que anonimizados”. RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ.
PL 3050/2020	Do Sr. Gilberto Abramo - que “Altera o art. 1.788 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002”. (Apensados: PL 1144/2021, PL 1689/2021, PL 2664/2021, PL 703/2022, PL 3051/2020, PL 410/2021). RELATOR: deputado PEDRO VILELA.
PL 3343/2020	Da Sra. Professora Dayane Pimentel - que “Dispõe sobre a responsabilidade de fornecedor de aplicativo de troca de mensagens quanto à segurança de acesso e a privacidade das informações intercambiadas por seus usuários”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT.
PL 4225/2020	Do Sr. Marcelo Brum - que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre a possibilidade de conversão de multa aplicada a empresas de telecomunicações em investimento em infraestrutura”. RELATOR: deputado PEDRO VILELA.
PL 4260/2020	Da Sra. Fernanda Melchionna e outros - que “Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir a gratuidade do acesso aos conteúdos disponibilizados pela Justiça Eleitoral na internet durante o período eleitoral”. RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ.
PL 4378/2020	Do Sr. Márcio Marinho - que “dispõe sobre a isenção no pagamento de multa de fidelidade nos contratos mantidos por consumidores com empresas de telefonia fixa ou móvel, TV por assinatura, internet ou assemelhados, durante a vigência de estado de calamidade pública”. RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.
PL 4817/2020	Do Sr. André Figueiredo - que “Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que “Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências”. RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.
PL 4876/2020	Do Sr. André Figueiredo - que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o direito de arena sobre o espetáculo desportivo”. (Apensados: PL 124/2021, PL 427/2021, PL 4889/2020, PL 4896/2020, PL 4951/2020, PL 4982/2020). RELATOR: deputado RODRIGO COELHO.

Proposição	Ementa
PL 4939/2020	Do Sr. Hugo Leal - que “Dispõe sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo, além de outras providências”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO.
PL 5347/2020	Do Sr. Roberto de Lucena - que “Cria a Lei de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições”. (Apensado: PL 5567/2020) RELATORA: deputada LUIZIANNE LINS.
PL 5538/2020	Do Sr. Dagoberto Nogueira - que “Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a publicação na internet de imagens de pessoas falecidas”. RELATORA: deputada ANGELA AMIN.
PFC 18/2021	Do Sr. Tadeu Alencar - que “Requer que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realize ato de fiscalização e controle sobre o processo de desestatização do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC”. RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ.
PL 118/2021	Do Sr. Boca Aberta - que “Dispõe sobre a permissão do rastreamento do aparelho celular através do IMEI e modelo do aparelho quando houver furto ou roubo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT.
PL 585/2021	Da Sra. Lauriete - que “Estabelece proibição de outdoors eletrônicos às margens de vias de rolamento, visando evitar distrações ao motorista”. RELATOR: deputado HÉLIO LEITE.
PL 1349/2021	Do Sr. Otto Alencar Filho - que “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust - Fundo de Universalização das Telecomunicações - em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências”. RELATOR: deputado HÉLIO LEITE.
PL 1354/2021	Do Sr. Denis Bezerra - que “Altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet”. (Apensados: PL 1586/2021; PL 2950/2021; PL 78/2022). RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA.
PL 1817/2021	Do Senado Federal - Jean Paul Prates - que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral das Telecomunicações), para extinguir o código de seleção de prestadora (CSP)”. RELATOR: deputado VINICIUS CARVALHO.

Proposição	Ementa
PL 2687/2021	Do Sr. Walter Alves - que “Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para dispor sobre o uso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT para projetos e atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I a partir das demandas do setor privado”. RELATOR: deputado VITOR LIPPI.
PL 2764/2021	Do Sr. Tito - que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para obrigar que os aparelhos televisores comercializados no país contenham antena digital acoplada e demais componentes necessários para recepção de sinais de radiodifusão de sons e imagens”. RELATORA: deputada PERPÉTTUA ALMEIDA.
PL 2898/2021	Do Sr. Evair Vieira de Melo - que “Altera a Lei n.º 6.538, de 22 de junho de 1978, no sentido de assegurar o mapeamento georreferenciado das propriedades rurais no Brasil”. RELATOR: deputado AMARO NETO.
PL 3252/2021	Dos Srs. Acácio Favacho e Alex Santana - que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estender isenção das taxas do Fistel e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal”. RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ.
PL 3431/2021	Do Sr. André Figueiredo - que “Institui a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Musical Brasileira - Condemúsica, com o objetivo de propiciar meios para fomentar o desenvolvimento da indústria fonográfica nacional e a composição, produção, distribuição e execução de obras musicais e lítero-musicais brasileiras e em língua portuguesa”. RELATOR: deputado NILTO TATTO.
PL 3484/2021	Do Sr. Alexandre Frota - que “Estabelece a obrigatoriedade de etiqueta de advertência para o uso de telas eletrônicas por crianças de até doze de idade”. RELATORA: deputada ANGELA AMIN.
PL 3615/2021	Do Sr. Nilto Tatto - que “Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para dispor sobre o montante anual das operações com recursos reembolsáveis do FNDCT”. RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA.
PL 4357/2021	Do Sr. Cássio Andrade - que “Altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre transparência na remuneração de usuários por provedores de aplicações de internet”. RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA.
PL 239/2022	Do Sr. Coronel Armando - que “disciplina a propaganda e venda de alimentos com altos teores de açúcar e alimentos ultraprocessados”. RELATOR: deputado ALCEU MOREIRA.

Proposição	Ementa
PL 310/2022	Do Sr. Nereu Crispim - que “Proíbe iniciativa de operadoras de telemarketing ativo de estabelecer contato com a chave de acesso de usuário de telefonia sem prévia autorização expressa, específica e individualizada concedida pelo usuário dos serviços de telecomunicações. Estabelece exigências e prescreve medidas para prevenção do uso indevido dos serviços de telecomunicações na prestação dos serviços de telemarketing ativo; estabelece normas gerais de proteção aos direitos básicos do consumidor dos serviços de telecomunicação e de repressão ao uso abusivo do código de acesso telefônico por originadores e operadoras de telemarketing ativo; fixa exigência de comprovação da anuência prévia, individual e específica concedida pelo usuário dos serviços de telefonia como condição para autorizar operadores e prestadores de serviços de telemarketing, televendas, tele serviços, call Centers e equiparados estabelecer contato ativo com a chave de acesso do consumidor para fins de oferta de produtos e serviços realizados por telefone; define crimes e dá outras providências.” RELATORA: deputada PERPÉTUA ALMEIDA.
PL 368/2022	Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para proibir que emissoras de radiodifusão que não forem controladas pela União, pelos Estados e pelos Municípios recebam recursos públicos, a qualquer título, ou obtenham crédito junto a instituições financeiras constituídas sob a forma de empresa pública ou de sociedade de economia mista”. RELATOR: deputado SANDRO ALEX.
PL 429/2022	Do Sr. Rubens Pereira Júnior - que “Obriga que as plataformas digitais e serviços de streaming disponibilizem dados relativos à ficha técnica de fonogramas e obras audiovisuais musicais produzidos no Brasil que estejam hospedados em seu domínio”. RELATOR: deputado MÁRCIO JERRY.
PL 1006/2022	Do Sr. Pedro Lucas Fernandes - que “Institui a Lei Geral das Atividades Espaciais e altera a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994. RELATOR: deputado CORONEL CHRISÓSTOMO.
PL 1139/2022	Do Sr. Marcelo Ramos - que “Dispõe sobre a política indústria para o setor de tecnologia da informação e comunicação da Zona Franca de Manaus e altera o art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991”. RELATOR: deputado BIBO NUNES.
PL 1202/2022	Da Comissão de Legislação Participativa - que “Estabelece conceito e diretrizes da Comunicação Pública, dispõe sobre a organização dos Serviços de Comunicação Pública nos poderes das esferas federal, estadual, distrital e municipal, nos órgãos autônomos, empresas públicas e entidades conveniadas, e dá outras providências”. RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.
PL 1429/2022	Da Sra. Gleisi Hoffmann e outros - que “Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui as normas processuais civis (Novo CPC), para especificar os recursos mínimos de acessibilidade nos sítios dos Tribunais de Justiça do país”. RELATOR: deputado DENIS BEZERRA.

Proposição	Ementa
PL 2468/2022	Do Sr. Nereu Crispim - que “Estabelece normas gerais de incentivo à produção, distribuição e exibição de Obras Audiovisuais de origem nacional na produção independente, amplia regras de lançamento comercial no fomento indireto e fixa garantias na cadeia de distribuição do audiovisual contemplando estruturas viabilizadas por plataformas de transmissão, distribuição e exibição pela internet”. RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.
PLP 81/2022	Do Sr. André Figueiredo - que “Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações custeadas por fundo criado para tal finalidade”. RELATOR: deputado PAULO PIMENTA.
PL 2732/2022	Dos Srs. Lídice da Mata e Marcelo Calero - que “Institui Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC)”. RELATOR: deputado PAULO FOLETTO.
TVR 1/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 33, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente - Taquaruçu - Canto das Artes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmas, Estado do Tocantins”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 10/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.216, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a ADEPAM - Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Benjamim Constant, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 24/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.822, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 58/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.007, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Ana Roberto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Missão Velha, Estado do Ceará”. RELATOR: deputado DOMINGOS NETO
TVR 80/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.893, de 02 de agosto de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM a executar,

Proposição	Ementa
	pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Angélica, Estado do Mato Grosso do Sul”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET
TVR 98/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.820, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultural de Comunicação Esperança e Vida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 120/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.033, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Pedra Pintada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itacoatiara, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 127/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 106, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária São José a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO
TVR 169/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.582, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor (PROAME) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Presidente Alves, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado NILTO TATTO
TVR 204/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.188, de 28 de setembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Canaã do Norte - MT”. RELATOR: deputado NEY LEPREVOST
TVR 207/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.145, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada ao Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Solânea, Estado da Paraíba”. RELATOR: deputado GERVÁSIO MAIA

Proposição	Ementa
TVR 230/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.740, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Associação Comunitária Deus e o Povo do Sítio Cavaleiro Município das Correntes - PE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Correntes, Estado de Pernambuco”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 241/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.856, de 25 de abril de 2018, que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária de Barro Alto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barro Alto, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA
TVR 250/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.781, de 22 de novembro de 2018, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Boa Vista FM de São Sebastião da Boa Vista do Marajó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 268/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 414, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itajobi, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 270/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 779, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abaeté, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 272/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.256, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Rádio Difusão Comunitária de Antas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Antas, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR
TVR 286/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.431, de 22 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural de Radiodifusão Independente - ACRDI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA

Proposição	Ementa
TVR 300/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.215, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaratama a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaguaratama, Estado do Ceará”. RELATOR: deputado DOMINGOS NETO
TVR 310/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.881, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES
TVR 311/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.952, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sapezal, Estado do Mato Grosso”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET
TVR 314/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.630, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO
TVR 368/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 545, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Sociedade dos Ecologistas de Tambaú a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tambaú, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 371/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.143, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária e Cultural Pantaneira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET
TVR 372/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.832, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio Clube Jornal Meia Ponte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pirenópolis, Estado de Goiás”. RELATORA: deputada PAULA BELMONTE

Proposição	Ementa
TVR 374/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.906, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caracol, Estado do Mato Grosso do Sul”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET
TVR 382/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.165, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado NILTO TATTO
TVR 387/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.364, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio Comunitária de Belterra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belterra, Estado do Pará”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 401/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 737, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tucumã, Estado do Pará”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 408/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 149, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Batayporã, Estado do Mato Grosso do Sul”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET
TVR 413/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 775, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coari, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 415/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 792, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Rádio Clube FM a Voz de Nazaré a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Manacapuru, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA

Proposição	Ementa
TVR 427/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.186, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Duartina, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 434/2020	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.233, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Anunciação de Santa Bárbara D’Oeste a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Bárbara D’Oeste, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO
TVR 3/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.304, de 27 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária Voz das Rocas - RCR para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES
TVR 5/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.178, de 04 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Filadélfia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tucuruí, Estado do Pará”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 31/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 101, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba', do Município de Porangaba e Adjacências para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porangaba, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO
TVR 57/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.826, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Radiodifusão Comunitária de Bom Jesus dos Perdões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 69/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.957, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Otacílio Costa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Otacílio Costa, Estado de Santa Catarina”. RELATOR: deputado RODRIGO COELHO

Proposição	Ementa
TVR 77/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.175, de 27 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Franca, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 79/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.980, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cipó, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA
TVR 80/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.988, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR
TVR 90/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 234, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Abadiânia, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abadiânia, Estado de Goiás”. RELATORA: deputada PAULA BELMONTE
TVR 94/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 783, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Karababá de Cultura, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caruari, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 100/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.136, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caxambu, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 114/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 79, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrecia - ADECOL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lucrecia, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES

Proposição	Ementa
TVR 124/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.195, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Liberdade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipuã, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 128/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.486, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado PAULO PIMENTA
TVR 135/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.175, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sobral, Estado do Ceará”. RELATOR: deputado DOMINGOS NETO
TVR 137/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.466, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mantena, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO
TVR 141/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.032, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Água Boa Associação Comunitária - ABAC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET
TVR 156/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.892, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Aparecida D’Oeste para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aparecida D’Oeste, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 173/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 249, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmeirópolis, Estado do Tocantins”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET

Proposição	Ementa
TVR 209/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.180, de 08 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Munguba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Almeirim, Estado do Pará”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 216/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.248, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Assaré, Estado do Ceará”. RELATOR: deputado DOMINGOS NETO
TVR 217/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.583, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alcinópolis, Estado do Mato Grosso do Sul”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET
TVR 221/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.866, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Popular de Xinguara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Xinguara, Estado do Pará”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 225/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.236, de 14 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itumbiara, Estado de Goiás”. RELATORA: deputada PAULA BELMONTE
TVR 233/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.844, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis - ACVOLCAJA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jardinópolis, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 253/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.624, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Atividade de Juquiá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juquiá, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO

Proposição	Ementa
TVR 255/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.224, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouro Verde, Estado de Goiás”. RELATORA: deputada PAULA BELMONTE
TVR 256/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.745, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Codajás, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 260/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 589, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Francisco de Assis Dantas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Penaforte, Estado do Ceará”. RELATOR: deputado DOMINGOS NETO
TVR 275/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.639, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Avanhandava para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Avanhandava, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 290/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 746, de 05 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vale do Uatumã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 305/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.137, de 30 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piritiba, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA
TVR 313/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.309, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT

Proposição	Ementa
TVR 319/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 130, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Itamaracá FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipaussu, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO
TVR 333/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.965, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural das Entidades Mantenedoras de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belém, Estado do Pará”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 335/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.201, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à ASCOCAVE - Associação Comunitária de Comunicação de Cana Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cana Verde, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado VANDER LOUBET
TVR 339/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.052, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Transviçosa de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Viçosa, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA
TVR 342/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.709, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Social de Montanha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Montanha, Estado do Espírito Santo”. RELATOR: deputado AMARO NETO
TVR 347/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.709, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Arapuá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul”. RELATORA: deputada LUISA CANZIANI
TVR 349/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 778, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Nova Glória (ACNG) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Glória, Estado de Goiás”. RELATOR: deputado DR. ZACHARIAS CALIL

Proposição	Ementa
TVR 361/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.291, de 30 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada ao Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES
TVR 368/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.744, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Altamira, Estado do Pará”. RELATOR: deputado HÉLIO LEITE
TVR 380/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.232, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES
TVR 382/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.257, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Apoio Comunitário Bethel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás”. RELATOR: deputado LUIS MIRANDA
TVR 385/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.099, de 21 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia - ACRBL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais”. RELATORA: deputada PAULA BELMONTE
TVR 396/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.764, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 402/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.969, de 24 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Palmarense Rádio Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: deputado BIBO NUNES

Proposição	Ementa
TVR 407/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.180, de 04 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Wagner FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Wagner, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA
TVR 414/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.003, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Seabra, Estado da Bahia”. RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA
TVR 424/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.231, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nhamundá, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 437/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 128, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Eirunepé, Estado do Amazonas”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
TVR 447/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.440, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Pontal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pontal, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 460/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 127, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Baía Formosa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES
TVR 463/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 135, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Conchal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conchal, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO

Proposição	Ementa
TVR 487/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.842, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mococa, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado VINICIUS POIT
TVR 489/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.988, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária de Santo Antônio do Descoberto FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás”. RELATORA: deputada PAULA BELMONTE
TVR 490/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.050, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Rádio Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra do Corda, Estado do Maranhão”. RELATOR: deputado CLEBER VERDE
TVR 493/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.637, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Monte Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: deputado BETO FARO
TVR 3/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.848, de 18 de junho de 2021, que renova permissão outorgada à Fundação José Fernandes de Melo para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES
TVR 9/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.826, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Comunidade São Sebastião de Amparo Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Sebastião do Caí, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: deputado PAULO PIMENTA
TVR 10/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.850, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Cerqueirense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cerqueira Cesar, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado RUI FALCÃO

Proposição	Ementa
TVR 11/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.939, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Assaí, Estado do Paraná”. RELATOR: deputado NEY LEPREVOST
TVR 12/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.949, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: deputado PAULO PIMENTA
TVR 14/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.837, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES
TVR 18/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.629, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Radiodifusão Comunitária do 3º Milênio de Agudos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Agudos, Estado de São Paulo”. RELATOR: deputado PAULO PIMENTA
TVR 21/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 709, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cristal de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ametista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: deputado PAULO PIMENTA
TVR 24/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.962, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva Rodolfense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATORA: deputada NATÁLIA BONAVIDES
TVR 47/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.219, de 10 de agosto de 2021, que renova a autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: deputado PAULO PIMENTA

Proposição	Ementa
TVR 48/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.251, de 10 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Moreira Sales, Estado do Paraná”. RELATORA: deputada LUISA CANZIANI
TVR 50/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.270, de 10 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação Cultural, Comunitária, Recreativa e Esportiva Collaziol Scotta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: deputado PAULO PIMENTA
TVR 53/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.007, de 10 de fevereiro de 2020, que autoriza à Associação Comunitária, Cultural e Comunicação Social Santa Maria - ACSM, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guapiara, Estado de São Paulo”. RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA

*Situação em 22/12/2022

Aguardando designação de relator

Proposição	Ementa
PDL 1129/2021	Da CREDN - que “Aprova o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado na Cidade da Guatemala, em 25 de julho de 2019”.
PL 3216/2019	Da Sra. Edna Henrique - que “Acrescenta o art. 129-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para facultar ao assinante do Serviço Móvel Pessoal o cancelamento do contrato firmado com a empresa prestadora em caso de roubo, furto ou extravio do aparelho, nos termos em que especifica”. (Apensado: PL 208/2021).
PL 3298/2019	Do Sr. Loester Trutis - “Lei Graziela Barroso - que institui o Programa Nacional de Apoio à Iniciação Científica (PRONAIIC)”. (Apensado: PL 3556/2019).
PL 6191/2019	Do Sr. Jerônimo Goergen - que “Dispõe sobre a instalação de equipamentos de infraestrutura de telecomunicações e altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015”.
PL 397/2021	Do Sr. Carlos Bezerra - que “Dispõe sobre o uso de criptografia em peticionamento eletrônico”.
PL 1782/2021	Do Sr. Hercílio Coelho Diniz - que “Altera a Lei Postal para tornar obrigatória a identificação do remetente de pequenas-encomendas e encomendas”.
PL 1430/2022	Do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que “Altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para incluir a implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica entre as aplicações de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa”.
PL 1458/2022	Do Sr. Márcio Macêdo - que “Modifica a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), estabelecendo prazo para que os bens de informática comercializados no País atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética”.
PL 1721/2022	Da Sra. Carla Zambelli - que “Institui medidas de incentivo à doação e venda de equipamentos de informática usados”.
PL 1739/2022	Do Sr. Sóstenes Cavalcante - que “Dispõe sobre a inclusão de cães e gatos no censo demográfico realizado periodicamente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE”.
PL 1827/2022	Da Sra. Carmen Zanotto - que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre administração dos recursos de numeração e sobre o uso inadequado de serviços de telecomunicações”.
PL 1831/2022	Do Sr. Zé Vitor - que “Estabelece que cinquenta por cento das receitas patrimoniais decorrentes de royalties e da exploração das patentes de propriedade das Instituições Federais de Ensino Superior sejam destinadas para ações de pesquisa e em investimentos na própria instituição detentora da patente”.

Proposição	Ementa
PL 1938/2022	Do Sr. Orlando Silva - que “Institui a Política de Inclusão Digital nos Municípios”. (Apensado: PL 1978/2022)
PL 2391/2022	Do Sr. Guiga Peixoto - que “Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial; altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, para destinar temporariamente recursos ao CT-Espacial”.
PL 2790/2022	Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - que “Determina a preservação no país dos dados eleitorais, físicos ou em nuvem, em poder dos órgãos públicos responsáveis pelas eleições, e suas empresas contratadas”.
TVR 219/2021	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.308, de 30 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tatuí, Estado de São Paulo”.
TVR 54/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.476, de 23 de agosto de 2022, que autoriza a Associação Comunitária Nordeste a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul”.
TVR 55/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.275, de 24 de outubro de 2022, que outorga permissão à Herval Comunicações Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul”.
TVR 56/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.143, de 20 de novembro de 2020, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Itaimbé a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Praia Grande, Estado de Santa Catarina”.
TVR 57/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 472, de 20 de junho de 2014, que outorga permissão à Universidade de Santa Cruz (UESC) para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Ilhéus, Estado da Bahia”.
TVR 58/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.051, de 14 de maio de 2015, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia”.
TVR 59/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.061, de 14 de maio de 2015, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Anápolis, Estado de Goiás”.

Proposição	Ementa
TVR 60/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.195, de 12 de novembro de 2015, que outorga permissão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Manacapuru, Estado do Amazonas”.
TVR 61/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 57, de 01 de fevereiro de 2016, que outorga permissão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Parintins, Estado do Amazonas”.
TVR 62/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.553, de 06 de maio de 2021, que outorga permissão à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Muritiba, Estado da Bahia”.
TVR 63/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 345, de 11 de dezembro de 2013, que autoriza a Fundação Francisca Elci Monteiro Pádua a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arneiroz, Estado do Ceará”.
TVR 64/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 366, de 25 de abril de 2014, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado de São João da Vitória do Município de Vitória da Conquista - ACRPSJVC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia”.
TVR 65/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.945, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Associação Comunitária Ipanema de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia”.
TVR 66/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.971, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural do Distrito de Roldão - ABCDR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Morada Nova, Estado do Ceará”.
TVR 67/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.869, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Tum FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juazeiro, Estado da Bahia”.
TVR 68/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.604, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lagoa Santa a executar, pelo

Proposição	Ementa
	prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagoa Santa, Estado de Goiás”.
TVR 69/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.560, de 03 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Semente da Paz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cascavel, Estado do Ceará”.
TVR 70/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.561, de 03 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macapá, Estado do Amapá”.
TVR 71/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.910, de 08 de novembro de 2018, que autoriza a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aldeia Altas, Estado do Maranhão”.
TVR 72/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.177, de 27 de agosto de 2019, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação a Voz da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia”.
TVR 73/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.185, de 27 de agosto de 2019, que autoriza ao Instituto de Comunicação e Cultura de Estrela do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Estrela do Norte, Estado de Goiás”.
TVR 74/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.194, de 21 de agosto de 2019, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Vida FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juazeiro, Estado da Bahia”.
TVR 75/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.324, de 30 de agosto de 2019, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária e Cultural de Pumba e Adjacências a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cruz das Almas, Estado da Bahia”.
TVR 76/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.405, de 03 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guanambi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guanambi, Estado da Bahia”.

Proposição	Ementa
TVR 77/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.978, de 24 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Trindade, Estado de Goiás”.
TVR 78/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.141, de 30 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Comunitária, Cultural dos Sítios Bonita, Tamboril e São Félix a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Assaré, Estado do Ceará”.
TVR 79/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.878, de 07 de novembro de 2019, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Chapada FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Teresina de Goiás, Estado de Goiás”.
TVR 80/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 406, de 10 de fevereiro de 2020, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Sertão de Forquilha - Rádio Comunitária Sertão FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Forquilha, Estado do Ceará”.
TVR 81/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.226, de 10 de fevereiro de 2020, que autoriza a Associação Comunitária Terra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Balsas, Estado do Maranhão”.
TVR 82/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.343, de 21 de maio de 2020, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Canarana FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Canarana, Estado da Bahia”.
TVR 83/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.773, de 07 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação Comunitária do Distrito de Angico - ASDA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mairi, Estado da Bahia”.
TVR 84/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.784, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Novidade FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barreiras, Estado da Bahia”.
TVR 85/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.785, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Verdense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Verde, Estado de Goiás”.
TVR 86/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.790, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação Comunitária dos Amantes de Rádio de Urandi - ACARU a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Urandi, Estado da Bahia”.

Proposição	Ementa
TVR 87/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.102, de 02 de março de 2021, que autoriza a Associação de Apoio aos Deficientes de Pacajus a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pacajus, Estado do Ceará”.
TVR 88/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.104, de 02 de março de 2021, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Salobro FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Canarana, Estado da Bahia”.
TVR 89/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 460, de 05 de junho de 2014, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Chapéu de Couro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Governador Newton Bello, Estado do Maranhão”.
TVR 90/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.226, de 05 de junho de 2015, que autoriza a Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais”.
TVR 91/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.987, de 01 de dezembro de 2015, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão do Bairro Alvorada (ASCOBRADI) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Contagem, Estado de Minas Gerais”.
TVR 92/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.882, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Protetora do Bairro do Olho D'Água - APROBOD a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Luís, Estado do Maranhão”.
TVR 93/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.042, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária do Povoado Km 17 de Codó - ACOPOC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Codó, Estado do Maranhão”.
TVR 94/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.072, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural do Bairro Extrema - ASCORCULBE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Grajaú, Estado do Maranhão”.
TVR 95/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.187, de 21 de agosto de 2019, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Terra Alta - ARCTA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Terra Alta, Estado do Pará”.

Proposição	Ementa
TVR 96/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.982, de 24 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Radiodifusão Shalon a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará”.
TVR 97/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.224, de 30 de dezembro de 2019, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Guidoal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guidoal, Estado de Minas Gerais”.
TVR 98/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.225, de 30 de dezembro de 2019, que autoriza a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Patis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Patis, Estado de Minas Gerais”.
TVR 99/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 363, de 17 de agosto de 2020, que autoriza a Associação Comunitária Litoral do Turi - ACOLIT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Turiaçu, Estado do Maranhão”.
TVR 100/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.569, de 08 de dezembro de 2020, que autoriza a Associação de Rádio Difusão Comunitária da Ilha de Cotijuba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belém, Estado do Pará”.
TVR 101/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.758, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação Cultural de Dom Cavati a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Cavati, Estado de Minas Gerais”.
TVR 102/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.782, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Conquista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marabá, Estado do Pará”.
TVR 103/2022	Do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.365, de 22 de dezembro de 2021, que autoriza a Associação Cultural São Sebastião do Oeste - ACSSO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Sebastião do Oeste, Estado de Minas Gerais”.

*Situação em 26/12/2022

Aguardando emendas

Proposição	Ementa
PL 2732/2022	Dos Srs. Lídice da Mata e Marcelo Calero - que "institui Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC)". RELATOR: deputado PAULO FOLETTTO

*Situação em 22/12/2022

Outras situações

Proposição	Ementa
PL 4059/2021	Do Sr. Cacá Leão - que “Altera a Lei 12.232, de 29 de abril de 2010 para estender a sua aplicação às contratações dos serviços de comunicação digital e serviços de comunicação corporativa - relação com a imprensa e relações públicas”. 17/02/22 - Devolvido à CCP em razão de ter constado da pauta do Plenário em 16/02/22.
PL 4510/2019	Do Sr. Marcos Aurélio Sampaio - que “Dispõe sobre o alerta geral, alterando a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990”. 28/03/22 - Encaminhado à CCP em razão de ter sido apensado ao PL 5217/2001.
PLP 211/2021	Do Sr. Sidney Leite - que “Limita a tributação de bens essenciais, com fulcro na Dignidade da Pessoa Humana, fundamento da República Federativa do Brasil e na garantia dos objetivos fundamentais, dispostos no art. 3º da Constituição Federal”. (Apensado: PLP 18/2022). 20/05/22 - Devolvido à CCP em razão de ter constado da pauta do Plenário em 19/05/22.
PL 2545/2020	Dos Srs. Lídice da Mata e Tadeu Alencar - que “Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, estabelecendo que emissoras de televisão, plataformas digitais e os canais por assinatura concedam um auxílio-emergencial a todos artistas ou intérpretes de obras audiovisuais que forem veiculadas durante a vigência do estado de calamidade pública da COVID-19, no valor de 2% do faturamento da obra veiculada”. RELATORA: deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. 01/08/22 - Devolvido à CCP em razão de ter sido arquivado por força do deferimento de requerimento de prejudicialidade.
PDL 1112/2021	Do Sr. Afonso Florence (PT-BA) e outros - que “Susta os § 3.º e 4.º do artigo 8º da Resolução nº 721, de 11 de fevereiro 2020, da ANATEL, que Destina faixas de radiofrequência e aprova o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os Serviços de Radiodifusão e seus Ancilares”. RELATOR: deputado DAVID SOARES. 23/11/22 - Aprovado em Plenário.

*Situação em 22/12/2022

EQUIPE TÉCNICA

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Secretário-Executivo:

Eduardo Nunes dos Santos

Servidores:

Christiano de Lima Silva

Cristiano Chaves Campos Rezende

Karen Lemos Balazeiro

Luciana Dantas Mariz

Maria Gorette da Silva Pessoa

Priscilla Chaddad Raineri

Sandra Gaviano

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Ciência e Tecnologia,

Comunicação e Informática

Anexo II, Térreo, Ala A, Sala 51

CEP: 70160-900 – Brasília-DF

Telefones: (61) 3216-6456/6453

cctci@camara.leg.br

Comissão de
Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática



CÂMARA DOS
DEPUTADOS